

7MARGENS

2

Caderno

A Igreja e os Média



Foto: Direitos reservados

Índice

Opinião pública: um exercício vital para o catolicismo

António Marujo (7MARGENS)

1 A Igreja tem de aprender a prestar contas

João Francisco Gomes (Observador)

2 Igreja precisa mais dos média do que o contrário

Paulo Nogueira (SIC)

3 Será a comunicação uma prioridade da Igreja?

Ângela Roque (Renascença)

4 Comunicar, o verbo que urge conjugar

João Luís Gomes (Lusa)

5 Saber falar com os média

Rosa Pedroso Lima (Expresso)

6 Igreja e comunicação social – aliados na busca da verdade

Filipe d’Avillez (ex-Renascença)

7 Um fenómeno estranho e a fórmula do Papa

Lavínia Leal (RTP)

8 Autonomia, protagonismo e concorrência

Octávio Carmo (Ecclesia)

9 A “surdez interior” e a coragem de sair

Aura Miguel (Renascença)

10 Pouca fé, num território difícil
Manuel Vilas Boas (TSF)

11 Para acabar com o mutismo de sempre
Natália Faria (Público)

12 Do problema do “conteúdo” à barreira da incompreensão mútua
Joaquim Franco (TVI)

13 Uma Igreja mais colaboradora será mais eficaz
Catarina Cadavez (RTP)

14 Faz-se caminho andando... e, devagarinho, a Igreja está a andar
Ricardo Perna (Família Cristã)

15 A missão de uns e de outros
Ana Catarina André (Renascença)

16 “Escutar com o ouvido do coração”
Henrique Matos (Ecclesia)

17 Religiões em diálogo nos média há 25 anos
Paulo Rocha (Ecclesia)

Design Gráfico: Jorge Barbosa (jorgebarbosa.pt)

Opinião pública: um exercício vital para o catolicismo

António Marujo

“Com a ausência da opinião pública, faltaria à Igreja qualquer coisa de vital e a culpa recairia tanto sobre os pastores como sobre os leigos.” A afirmação é do (devemos dizer insuspeito?) Papa Pio XII, na alocução aos participantes no Congresso internacional de escritores de revistas, em 17 de Fevereiro de 1950. Esta frase seria depois retomada na *Communio et Progressio*, o documento que, depois do Concílio Vaticano II, procurou definir o que deveria a Igreja Católica fazer no campo da aproximação e diálogo com os média.

Sete décadas passadas, o catolicismo tarda, no entanto, em assumir a plenitude daquela afirmação, ainda que haja uma acentuada diversidade de situações entre os países. Note-se o adjectivo usado pelo Papa Pacelli: “vital”. Significa ele que, sem uma forte opinião pública interna, a Igreja morre. Sendo conhecido que é no espaço público – média, debates, conferências, tomadas de posição – que se define essa vitalidade, é de estranhar que em Portugal (e em outros países) se debata aí tão pouco o catolicismo, as suas formas de organização, as suas posições, as suas tensões internas, os movimentos de renovação, as expressões litúrgicas ou teológicas e de propostas de mudança.

Há razões históricas, claro: a extinção da Faculdade de Teologia em Coimbra, em 1910, fez desaparecer durante décadas o único lugar de produção teológica em Portugal; o silenciamento imposto pela ditadura às correntes de renovação políticas, sociais e re-

ligiosas; o baixo nível de alfabetização do país até 1974 e à instauração da democracia... O fenómeno de Fátima, por exemplo, tão marcante na expressão religiosa e cultural portuguesa, só nas últimas duas décadas ganhou alguma expressão no debate sociológico, teológico ou antropológico, quer da parte de cientistas externos quer dentro do discurso católico.

O tema dos abusos sexuais por parte de membros do clero parece ter acordado algumas pessoas para a necessidade de dizer o que pensam e de se afirmarem cidadãs também no seio da Igreja. Ou seja, no caso, baptizadas de pleno direito, como reconhecem os textos fundamentais do Concílio Vaticano II.

Foi precisamente a propósito desse tema que o jornalista João Francisco Gomes fez, na conferência de Maio sobre os abusos sexuais, na Gulbenkian, em Lisboa, uma análise cáustica, mas inquietante, do que se passa em Portugal no que diz respeito à relação dos responsáveis da Igreja com os média. E foi com base nesse texto (<https://sete-margens.com/a-igreja-tem-de-aprender-a-prestar-contas/>) que o 7MARGENS decidiu convidar jornalistas que acompanham com alguma regularidade a actualidade religiosa a escreverem, a partir da sua experiência, sobre essa relação mútua.

Vários deles citaram a mensagem do Papa Francisco para o 56º Dia Mundial das Comunicações Sociais de 2022, assinalado em 29 de Maio. Sob o título “Escutar com o ouvido do coração”, o Papa referia-se à escuta como condição de uma boa comunicação. E, na linha de Pio XII, dizia que a escuta mútua no interior da Igreja “é o dom mais precioso e profícuo” que os crentes se podem oferecer uns aos outros.

Contudo, essa escuta precisa de ser feita não só no interior das comunidades eclesiais, mas também com todas as pessoas e grupos que buscam uma vida mais digna e com sentido para todos.

A boa comunicação, que o Papa refere, é, pois, indissociável da escuta, mas também da coragem de romper os medos. Desde logo, o medo de não ter nada de significativo para dizer, mas também o medo de não saber como falar, o medo do que os outros (sobretudo o padre ou o bispo) podem pensar... Da vida, incluindo da vida de fé, todos podem falar e testemunhar, até os que acham que sabem pouco.

É um acaso feliz que esta iniciativa do 7MARGENS coincida com o mais alargado exercício de escuta que porventura a Igreja Católica viveu no seu interior, nestes dois milénios de existência: a dinâmica sinodal, em que todos os crentes são chamados a dizer como entendem o presente e o futuro da Igreja, e no qual também surgem queixas de métodos pouco transparentes, a par de propostas arrojadas para o debate aberto sobre temas nem sempre fáceis.

Todas estas razões são mais do que suficientes para valorizarmos este inédito exercício de escuta – vital, para repetir a palavra citada – dos jornalistas que acompanham o noticiário religioso. É com essa consciência e também com a humildade de quem presta um serviço que aqui oferecemos o conjunto dos textos de todos aqueles que quiseram responder ao nosso desafio. Com um profundo sentimento de gratidão a todos os que aceitaram e puderam nele colaborar.

**João Francisco
Gomes**

1

A Igreja tem de aprender a prestar contas

20 Maio 2022

Gostaria de falar, em primeiro lugar, acerca da Igreja enquanto instituição de poder, porque essa é uma das maiores premissas que orientam o meu trabalho enquanto jornalista que se dedica à cobertura dos assuntos religiosos e, em especial, ao escrutínio da atividade da Igreja Católica. Que não haja dúvidas: a Igreja é uma instituição de poder.

Não é um organismo de poder público, o poder de que são detentores os agentes políticos eleitos. Mas é uma instituição de enorme poder social. Tal como as grandes empresas detêm um grande poder económico e, mesmo não sendo eleitas pelos cidadãos, devem ser meticulosamente escrutinadas pela imprensa que está ao serviço dos cidadãos, também é como instituição detentora de enorme poder que todos os meios de comunicação – todos, mesmo todos, incluindo os que são católicos – devem enquadrar a Igreja Católica, submetendo-a a um rigoroso processo de escrutínio mediático a que os grandes poderes têm sempre de ser sujeitos numa democracia como aquela em que queremos viver.

Foi por uma decisão do Papa Alexandre III que, em 1179, o nosso país recebeu autorização para ser independente. É certo que já lá vão os tempos em que o poder civil se submetia ao poder religioso, em que os papas eram os *kingmakers* e em que não fazia qualquer sentido pensar sequer na divisão entre o poder religioso e o poder civil. Mas o poder da Igreja Católica sobre a nossa sociedade – e falo agora em específico sobre a realidade portuguesa – continua a manifestar-se de múltiplas formas. A Igreja é, ainda, para todos os efeitos, um dos grandes pólos de poder do nosso país. O poder da Igreja Católica é, em primeiro lugar, identitário. No nosso país, mais de nove milhões de pessoas



**João Francisco Gomes
na Gulbenkian: “A Igreja
é uma instituição de poder
e deve ser escrutinada pela
imprensa”.**

**Foto © Ricardo Perna/
Família Cristã**

continuam a entrar para as estatísticas do número de católicos em Portugal, [por via dos batismos](#) – e mais de 7 milhões de portugueses dizem-se católicos quando são questionados sobre isso, de acordo com dados dos últimos censos.

O batismo é um dos sinais mais indiscutíveis do poder identitário da Igreja Católica: quando nasce um filho em Portugal, o batismo católico parece continuar a ser o grande ritual de iniciação social a que todos acorremos sem perder tempo, mesmo entre as famílias que não são especialmente praticantes da religião. Todos conhecemos esses casos.

Mas não é apenas o batismo. Em 2021, por exemplo, quase um terço de todos os casamentos realizados em Portugal [foram feitos pela Igreja Católica](#), o que nos leva a crer que uma parte muitíssimo significativa da população portuguesa continua a olhar para a Igreja Católica como a instituição que tem o poder de legitimar e validar os momentos definidores das nossas vidas.

Além de tudo isto, há ainda uma outra forma de poder que podemos encontrar na Igreja Católica: o poder oficialmente reconhecido pelo Estado: Por exemplo, embora o protocolo de Estado [não inclua um lugar particular para a Igreja](#), o cardeal-patriarca de Lisboa continua a ser convidado sistematicamente para sessões solenes no Parlamento, como o 25 de Abril – e a justificação é o reconhecimento da importância histórica da Igreja na nossa sociedade.

Por outro lado, vejamos o caso da lei da liberdade religiosa. Inicialmente inspirada pelo modelo da Concordata entre Portugal e a Santa Sé, a lei da liberdade religiosa é um avanço civilizacional significativo no nosso país. Contudo, ao contrário do que seria legí-

timo esperar, a lei [não vale de igual modo para todas as religiões no país](#) – vale para todas excepto para a Igreja Católica, que continua a reger-se pela Concordata.

Um caso paradigmático de poder da Igreja Católica no nosso país é o do segredo da confissão. A lei portuguesa [prevê expressamente](#) a proteção do segredo profissional de um conjunto de profissões: “Os ministros de religião ou confissão religiosa e os advogados, médicos, jornalistas, membros de instituições de crédito e as demais pessoas a quem a lei permitir ou impuser que guardem segredo.” Contudo, mais à frente, a mesma lei diz que o sistema judicial pode determinar a quebra deste segredo em casos excepcionais. Todos? Não: há uma exceção específica para o segredo religioso. Uma lei que torna, na prática, o segredo religioso mais sagrado para a lei civil portuguesa do que o sigilo que um psicólogo está obrigado a respeitar perante os seus pacientes. Bizarro? É verdade. Parece uma lei feita à medida para as políticas de segredo da Igreja Católica, que, sabemos hoje, [já foram usadas – em Portugal](#) – pela Igreja para esconder, ocultar ou desvalorizar casos de abuso sexual de menores. E, há um mês, a Conferência Episcopal Portuguesa [já veio garantir](#) que nunca estará em cima da mesa a possibilidade de discutir qualquer exceção para este segredo, nem mesmo nos casos de abuso. Dá que pensar, verdade?

Finalmente, há que olhar ao poder implícito em cada paróquia, diocese e região do país. É graças às paróquias e dioceses que grande parte da caridade e do trabalho social deste país é feito. São as paróquias que têm creches, lares de idosos e vários serviços sociais que, sem a Igreja Católica, não existiriam. O padre e o bispo contam-se entre as pessoas mais importantes de vários círculos sociais e continuam a exercer grande poder social. Um poder que foi mais forte durante o Estado Novo – [em que o padre era poder](#) –, mas que ainda permanece em vários outros lugares. A minha experiência a investigar casos de abusos de menores em vários pontos mais rurais do país permitiu-me comprovar isto sem margem para dúvidas.

O resumo de tudo isto é só um: a Igreja Católica é uma instituição de grande poder e não hesita em usar esse poder em seu benefício. Os seus ministros são homens – sim, sempre só homens – em lugares de poder. E, como saberão muito melhor do que eu vários especialistas, é nos contextos de poder que se criam as condições para o abuso, incluindo o abuso sexual. O Papa Francisco sabe-o bem, ao classificar a crise dos abusos na Igreja [como uma crise de abusos sexuais, de poder e de consciência](#).

A Igreja tem de ser transparente

Se a Igreja é uma instituição de poder, então o jornalismo – contrapoder por natureza e por vocação – tem a obrigação de a tratar como tal. Isso significa, naturalmente, submeter a Igreja Católica a um meticuloso processo de escrutínio a que a Igreja não se pode nunca furtar. No entanto, durante séculos, a Igreja Católica recusou sistematicamente esse escrutínio. Simplesmente, durante muitos séculos, a Igreja não achou que tivesse de responder publicamente pelos seus atos. Estava acima do escrutínio que é devido às instituições de poder.

Apesar de os tempos da Igreja como poder oficial já terem passado à história, ainda



subsiste na mente de muitos líderes da Igreja – incluindo em vários bispos portugueses – esta ideia de não submissão a qualquer escrutínio público ou dever de transparência. Vários jornalistas que acompanham habitualmente os assuntos da Igreja Católica já tiveram de fazer várias vezes um dos exercícios mais penosos de que tenho memória: contactar as 21 dioceses portuguesas em busca de informação porque a Conferência Episcopal continua a recusar assumir o papel, óbvio na minha opinião, de falar publicamente e a uma só voz em nome da Igreja Católica portuguesa.

Das 21 dioceses, conseguir que metade responda em tempo útil é já um feito notável. Mesmo com prazos alargados, dificilmente conseguiremos que mais do que 12 ou 13 dioceses nos respondam. Recentemente, ficámos a saber que este não é um drama exclusivo dos jornalistas que procuram – legitimamente – informação sobre a Igreja Católica. ...

**Pedro Strecht (c),
coordenador da Comissão
Independente: “A comissão
independente, mobilizada
pelo episcopado para
investigar o que se passa
na Igreja, teve enorme
dificuldade em obter
respostas de todos os
bispos portugueses.”**

Foto © Ecclesia/HM

A própria comissão independente que foi mobilizada pela própria conferência episcopal para investigar o que se passa dentro da Igreja teve enorme dificuldade em obter respostas de todos os bispos portugueses: ao fim de duas rondas de contactos com todas as dioceses [continuavam bispos em falta](#). Foi preciso uma sessão de embaraço público [para que os bispos em falta resolvessem o problema](#). Repito: uma comissão independente mobilizada pela própria Conferência Episcopal!

A Igreja tem de aprender que é uma instituição de poder e que, por isso, tem de responder em público sobre o que faz. Tem de responder aos jornalistas. Tem de ser transparente – absolutamente transparente sobre a sua atividade.

Quando, em 2019, os bispos de todo o mundo estiveram reunidos durante uma semana em Roma para discutir a crise dos abusos de menores na Igreja, o Papa Francisco e a equipa que organizou a cimeira – incluindo o padre Hans Zollner – dedicaram [um dia inteiro a debater a necessidade de transparência sobre o problema](#). Ao longo dos últimos anos, o Papa Francisco tem reiterado a necessidade de transparência na Igreja Católica, sobretudo no que toca à crise dos abusos. É essencial comunicar sobre o assunto, é essencial responder às perguntas dos jornalistas, é essencial denunciar os casos às autoridades. É essencial que a Igreja não se esqueça de que é uma instituição de poder no meio da sociedade – e esse poder acarreta a responsabilidade de prestar contas perante a sociedade sobre aquilo que faz.

A Igreja não está habituada ao escrutínio, mas vai ter de aprender.

No que toca à crise dos abusos sexuais na Igreja, o jornalismo foi um fator chave para que tenhamos chegado ao momento em que estamos hoje. Não preciso de vos falar da importância das investigações do *Boston Globe*, imortalizadas no cinema, ou das mais recentes aqui ao lado, em Espanha, com o *El País*. No ano passado, quando condecorou dois veteranos jornalistas internacionais que acompanham o Vaticano há várias décadas, o Papa Francisco agradeceu o trabalho da imprensa [com palavras que não deixam margem para dúvidas](#) sobre o apelo à transparência que o Papa faz repetidamente a todos os bispos: “Agradeço-vos pelo que contam sobre o que está errado na Igreja, por quanto nos ajudam a não o esconder debaixo do tapete e pela voz que dão às vítimas de abuso.”

Durante anos a fio, a Igreja Católica recusou ostensivamente escutar a voz das vítimas. Sabemos hoje que há bispos a quem as vítimas se dirigiram para denunciar casos e que preferiram desvalorizar (no melhor dos cenários) ou calar verdadeiramente, com recurso a ameaças (nos cenários mais negros). Durante anos, as vítimas do abuso sexual, de poder e de consciência foram remetidas para o silêncio pela própria Igreja que tinha abusado delas. Foram vítimas duas vezes: primeiro do padre abusador, depois do bispo encobridor.

Foram os jornais que devolveram a voz a muitas das vítimas – e que encorajaram muitas outras a quebrar o silêncio.

Em Portugal, tentámos fazê-lo também. Em 2018, aquele ano decisivo em que o Papa Francisco entendeu que já não havia nada a fazer a não ser dar um murro na mesa e chamar os bispos de todo o mundo para uma cimeira em Roma, a direção do *Observador*



decidiu que devíamos dar o nosso contributo para um debate mais informado em Portugal, um país em que a hierarquia da Igreja insistia em classificar o problema dos abusos como um conjunto de meia dúzia de casos isolados. Lançámo-nos ao trabalho com uma premissa: pegar nos poucos casos que conhecíamos do espaço público, essencialmente como casos que tinham decorrido no plano judicial, e ir em busca do que tinha acontecido no plano eclesial. Durante vários meses, passámos a pente fino os processos judiciais, seguimos o rasto às vítimas, aos abusadores e aos encobridores e [descobrimos aquilo que não nos surpreendeu](#): também em Portugal houve casos flagrantes de encobrimento e de interferência nos processos judiciais.

A investigação levou a que chegassem, depois, à nossa redação múltiplos relatos de outros casos de

Foram os jornais que devolveram a voz a muitas das vítimas – e que encorajaram muitas outras a quebrar o silêncio. (Na fotografia, o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, José Ornelas)
Foto © PR/Agência Ecclesia

abuso, muitos que nunca tinham sido mencionados pelas vítimas a ninguém. Falámos com muitas pessoas que nos pediram anonimato e nem nos permitiram que escrevêssemos as suas histórias. Falámos com outras que nos permitiram escrever novas reportagens sobre novos casos, que foram depois investigados pela Igreja. Durante todo este processo, uma realidade foi constante: a dificuldade sistemática em obter informação por parte da Igreja. Ainda hoje é assim. No final, depois de publicadas as reportagens, fomos novamente confrontados com os pronunciamentos críticos de alguns setores mais conservadores da Igreja Católica, para quem o facto de não termos publicado uma extensa lista de novos casos era a prova derradeira de que este problema não existia em Portugal.

Isto não foi na década de 1950 – foi em 2020.

Desde essa altura, a Igreja fez um caminho assinalável de melhoria da sua ação interna, mas também da sua comunicação pública sobre o assunto. Mas não chega: continua a ser praticamente impossível obter informação de muitas dioceses em Portugal. E vários bispos continuam, ostensivamente, a negar a importância do problema.

Há apenas dois anos, um bispo português comparou a frequência dos casos de abuso de menores na sua diocese [com a queda de meteoritos na cidade](#) – argumentando que, por isso, não valia a pena criar uma comissão de investigação. Outro bispo disse que não o faria porque não cria comissões para investigar assuntos que não existem. Eles continuam no ativo – se não ouvi deles uma palavra de arrependimento pela brutal insensibilidade e desrespeito que demonstraram perante as vítimas, as muitas vítimas que agora começamos a conhecer em grande quantidade. É caso para dizer que 300 meteoritos são muitos meteoritos.

Pelo contrário, continuamos a ouvir de alguns bispos a incompreensível crítica à imprensa e à informação pública – alegando que é preciso ter cuidado com as notícias para não manchar a reputação da Igreja. Por isso, a Igreja não pode ter dúvidas: mesmo que os bispos continuem a desrespeitar os apelos do Papa Francisco para que sejam transparentes e cooperantes com a sociedade civil, os jornalistas não vão largar os calcanhares da Igreja Católica. O papel moral que a Igreja ambiciona ter na sociedade levamos a ser ainda mais rigorosos no escrutínio da sua ação moral.

Em 2019, na cimeira de Roma, o Papa Francisco teve a atitude corajosa de convidar uma jornalista a discursar perante centenas de bispos e cardeais. O discurso da jornalista mexicana Valentina Alazraki foi provavelmente o mais poderoso de todos – precisamente por não ter vindo de um bispo ou cardeal. Gostava de citar [um pequeno excerto](#), porque ela resumiu com palavras melhores do que as minhas aquilo que eu e muitos colegas sentimos:

“Nós escolhemos de que lado estar. E vocês, fizeram-no de verdade? Ou apenas com palavras? Se vocês estiverem contra os abusadores e os encobridores, então estamos exatamente do mesmo lado. Podemos ser aliados, e não inimigos. Ajudar-vos-emos a encontrar as maçãs podres e a vencer as resistências para as separar das saudáveis. Porém, se vocês não se decidem de modo radical a estar do lado das crianças, das mães,



das famílias, da sociedade civil, então têm razão a ter medo de nós, porque seremos os vossos piores inimigos. Porque nós, os jornalistas, queremos o bem comum.”

Ninguém tem dúvidas, na sociedade em que vivemos, sobre o lado que escolhemos: é o das vítimas, nunca o dos abusadores. Que os bispos não tenham dúvidas: não são os jornalistas quem mancha a imagem da Igreja. É a Igreja que mancha a sua própria imagem ao permitir que no seu seio os abusadores encontrem um refúgio seguro.

Saúdo os passos dados no passado recente – especialmente a criação da comissão independente – para mudar esse paradigma. Espero que a comissão continue a ter condições para ser verdadeiramente independente. Da minha parte, cá estarei para fazer perguntas e para exigir respostas.

“Em 2019, na cimeira de Roma, o Papa Francisco teve a atitude corajosa de convidar uma jornalista [Valentina Alazraki, na foto] a discursar perante centenas de bispos e cardeais.

Foto © Vatican Media

SIC

Paulo Nogueira

2

**Igreja precisa
mais dos média
do que o contrário**

21 Maio 2022

14



Foto: Direitos reservados

Quando se pergunta se em Portugal a relação da Igreja com os média e os jornalistas é boa, uma resposta simplista é sempre uma má resposta, principalmente porque estamos a falar de uma instituição, a Igreja Católica, que por si só é uma multiplicidade de realidades. Para ser honesto, prefiro responder que não há uma resposta, mas muitas respostas, tantas quanto as instituições ou os serviços que constituem a Igreja portuguesa. Claro que temos a Conferência Episcopal, o Patriarcado de Lisboa, as várias dioceses, o Santuário de Fátima, as inúmeras ordens e instituições que, de alguma forma, estão ligadas à Igreja e sobre as quais seria possível fazer uma análise da forma como cada uma se relaciona com os meios de comunicação social. De uma coisa tenho a certeza: a Igreja precisa dos meios de comunicação social e o contrário também é verdade; embora hoje em dia, acredito que a balança cai mais para o lado da Igreja na sua necessidade de chegar e comunicar bem com os média, do que o contrário.

De uma maneira muito generalizada, diria que as janelas abertas pelo Concílio Vaticano II “arejaram” o modo como a Igreja portuguesa se tem posicionado nos últimos anos, principalmente no período da Democracia, quer em relação à sociedade civil, no

geral, quer em relação à comunicação social. Não sendo propriamente um meio hostil, os diversos órgãos de Comunicação Social não são pródigos a dar “tempo de antena” sobre o que a Igreja pensa ou faz nas suas diversas facetas. Há uma relação institucional respeitosa dos media em relação à Igreja Católica, mas não há um investimento em tempo ou espaço de notícias sobre as atividades da Igreja em Portugal. Na maioria dos casos, não só não há esse investimento, como nos corpos redatoriais há uma franca falta de jornalistas com formação ou apetência por cobrir esta realidade. Não quer dizer que as redações dos media sejam ateias ou agnósticas, mas mesmo havendo crentes no meio profissional, o tipo de informação séria e profunda sobre as realidades eclesiais ou do âmbito social da Igreja, não motiva quem dirige ou tem a responsabilidade editorial nas diversas redações. Por essa razão, a atividade da Igreja fica muitas vezes reduzida aos grandes eventos mediáticos, sejam os protagonizados pelo Papa Francisco, ou aos grandes eventos religiosos, nomeadamente a atividade do Santuário de Fátima no 13 de maio e no 13 de outubro, ou as celebrações do Natal e da Páscoa, o que é francamente pouco. Excluo desta apreciação, o destaque dado aos escândalos ou às ocorrências pontuais que possam motivar a atenção dos meios de comunicação social.

Embora na minha atividade profissional raramente aborde as questões relacionadas com a Religião ou a Igreja, penso que o panorama no geral tem melhorado à medida que novas gerações do clero têm investido numa boa comunicação e têm promovido melhores gabinetes de comunicação em diversas instituições, gabinetes esses que cada vez mais estão à responsabilidade de leigos com formação própria na matéria.

Entre as maiores dificuldades ou facilidades que tenho encontrado, relaciono-as com a forma como a comunicação se faz hoje em dia. Ou seja, quanto menos profissionalizada é essa comunicação, mais dificuldades apresenta. Veja-se o caso do Santuário de Fátima, um raro exemplo de boa comunicação com a imprensa.

Para que a relação possa melhorar, seria importante apostar na formação, quer do lado da Igreja, quer do lado dos media, onde também há muito desconhecimento sobre os temas da religião ou da própria vida da Igreja. Se houver honestidade e transparência de parte a parte, estou convencido que os responsáveis católicos estarão mais recetivos a escutar os jornalistas e dar-lhes a importância devida na sociedade atual. Eles não só são formadores de opinião, como são influenciadores nas leituras que o cidadão poderá ter da vida da Igreja.

Do lado dos média é fundamental formar jornalistas nesta área, bem como elevá-la ao nível de qualquer outra, mantendo um corpo redatorial especializado e abalizado para poder escrever com propriedade e verdade sobre os temas mais sensíveis da atividade da Igreja bem como sobre o seu papel na sociedade.

Embora haja ainda muito para andar, penso que há um caminho feito, tímido é certo, mas que não deve parar ou estagnar.

Paulo Nogueira é jornalista da SIC e tem coberto para aquela estação televisiva peregrinações a Fátima e visitas papais a Portugal.

Apresentação

7MARGENS é um jornal digital orientado por critérios jornalísticos profissionais e independente de qualquer instituição, religiosa ou outra. Divulga informação sobre o fenómeno religioso, no sentido mais amplo do termo, não se confinando à atualidade das diversas confissões e crenças estabelecidas. Procura dar conta das diferentes formas de busca espiritual que marcam o nosso tempo, desvendando as questões, interrogações e percursos que alimentam essa indagação. Tem consciência de que a informação sobre o fenómeno religioso assim entendido constitui um importante instrumento a favor da paz, da justiça social, do conhecimento mútuo, da tolerância e da cooperação entre os mais diversos atores das nossas sociedades.

7MARGENS é propriedade de uma Associação Cultural Sem Fins Lucrativos, a Porta 18, e aspira a ser financiado exclusivamente pelos seus leitores / apoiantes, mas recorre também a donativos institucionais que publicita regularmente de modo a assegurar total transparência com aqueles que o visitam. O jornal digital tem como referências mais próximas o trabalho de três décadas desenvolvido pelo seu diretor, António Marujo, e a informação oferecida desde 2002 pelo blog Religionline, um dos primeiros em Portugal, iniciado por Manuel Pinto.



Ângela Roque

3

**Será
a comunicação
uma prioridade
da Igreja?**

22 Maio 2022



Foto © Ricardo Perna

Na aproximação de mais um Dia Mundial das Comunicações Sociais, partilho algumas linhas de reflexão sobre o modo como a Igreja em Portugal se relaciona com os média e com os jornalistas.

Acompanho a área de Religião desde 2009, e reconheço que nestes últimos anos tem havido um esforço para melhorar a comunicação da Igreja. Eu própria, ao longo destes últimos 13 anos, já participei em diversos cursos de formação, *workshops* e seminários em que o tema central foi o da comunicação. Mas, verdadeiramente, o que mudou?

Muitas dioceses criaram gabinetes de comunicação – e muitos funcionam bem –, têm *sites* próprios e há consciência crescente da importância de se utilizarem as redes sociais e os meios digitais. Mas a situação varia muito de diocese para diocese, e há ainda um longo caminho a percorrer. Desde logo porque, em muitos casos, não se tomou consciência de que não basta ter um gabinete de comunicação, é preciso ativá-lo de forma profissional. Sem pessoas com formação – ou pelo menos com experiência na área –, que conheçam a realidade da profissão e se dediquem a tempo inteiro à função, não é possível dar resposta capaz às necessidades dos jornalistas. →

Todos sabemos que o tempo do jornalismo não é o tempo da Igreja. Mas no atual contexto em que a Igreja está sob escrutínio permanente da opinião pública, há que saber manter canais abertos de comunicação com os jornalistas, ter disponibilidade para responder com clareza às questões que forem solicitadas, assegurar que há quem fale sobre os assuntos.

É certo que a Igreja sempre reconheceu a importância da comunicação em geral, e do jornalismo em particular – a celebração do Dia das Comunicações Sociais foi a única instituída pelo Concílio Vaticano II –, mas perante qualquer caso mais polémico que venha a lume, esbarramos facilmente em dificuldades. Ora, a Igreja tem de estar disposta ao contraditório. O jornalismo precisa desse contraditório para esclarecer, como é seu dever.

Os responsáveis pela comunicação das dioceses ou instituições da Igreja nem sempre têm noção da importância do seu trabalho. Um bom assessor/porta-voz/diretor de comunicação é aquele que prevê dificuldades, que entende a urgência dos jornalistas (queremos tudo para “ontem”), que fala ou arranja quem fale, sobre determinado assunto em tempo útil. Não é possível esperar horas, às vezes dias, por uma resposta. Como não é admissível que quem trata da comunicação esteja incontactável.

Melhorar o relacionamento com os média e com os jornalistas também implica “sair da bolha” e tomar consciência das dificuldades por que hoje passam os meios e os profissionais de comunicação. A crise não é uma coisa abstrata, é real.

Nos últimos anos assistiu-se a um empobrecimento das redações, com vagas sucessivas de despedimentos e/ou rescisões amigáveis. Menos jornalistas significa menos capacidade de acompanhamento e menos atenção ao que pode ser essencial, para se passar a tratar os assuntos “pela rama”.

Muitos jornais de referência deixaram de ter secções de Religião e hoje poucos são os média com profissionais dedicados a uma só área, muito menos só à de Religião. Não se estranhe, por isso, que na maioria dos casos só se fale de Igreja quando há escândalo ou polémica. A par das dificuldades económicas e de gestão, os média e o jornalismo enfrentam hoje desafios inéditos e maiores do que nunca: num mundo globalizado, as

“Da teoria à prática, era fundamental que a comunicação fosse encarada como prioritária pela Igreja. Hoje mais do que nunca.”

redes sociais – onde a informação circula rapidamente e sem critério nem ética – já estão a condicionar demasiadas vezes as escolhas editoriais que se fazem e não raro estamos todos a fazer o mesmo, porque há a percepção – errada, do meu ponto de vista – de que o que “está a dar” nas redes é o que interessa às pessoas. Abordagens diferenciadoras são uma mais-valia, mas a verdade é que nem sempre as redações têm capacidade para garantir isso.

Apesar de nos últimos anos algumas destas questões terem sido alvo de reflexão também na Igreja, nomeadamente nas mensagens do Papa, na prática – falo de Portugal – parece não haver consciência deste manancial de dificuldades.

Este ano, a mensagem do Papa Francisco para o Dia das Comunicações Sociais é sobre a “escuta”, essencial no jornalismo. É “condição da boa comunicação”, sublinha o texto. Francisco desafia-nos a “escutar com o ouvido do coração”, e diz que “para fornecer informação sólida, equilibrada e completa, é necessário ter escutado prolongadamente”. Tão pertinente, como sempre. Mas, na velocidade em que hoje trabalhamos, que tempo dedicamos à escuta? E que escuta nos é permitida?

O Papa diz que “a capacidade de escutar a sociedade é ainda mais preciosa neste tempo ferido pela longa pandemia”. A mensagem foi escrita e publicada antes da guerra na Ucrânia, ou faria certamente também referência ao conflito, que tantos desafios tem levantado a quem faz a cobertura da guerra. Francisco também fala da realidade das “migrações forçadas”, para dizer que cada pessoa tem “um nome”, e que o bom jornalismo deve mostrar os “rostos e histórias de pessoas concretas”.

Da teoria à prática, era fundamental que a comunicação fosse encarada como prioritária pela Igreja. Hoje mais do que nunca.

Os jornalistas não são “inimigos”. Escutar, como pede o Papa, implica perguntar. Que não deixemos de perguntar, escutar e dar voz aos “rostos e histórias de pessoas concretas”.

Ângela Roque é jornalista e editora da informação religiosa na Rádio Renascença.

Lusa

João Luís Gomes

4

**Comunicar,
o verbo que urge
conjugar**

23 Maio 2022

22



Foto: Direitos reservados

“A escuta é o primeiro e indispensável ingrediente do diálogo e da boa comunicação. Não se comunica se primeiro não se escutou, nem se faz jornalismo sem a capacidade de escuta.”

No esquecimento desta premissa apontada pelo Papa Francisco na sua mensagem para o Dia Mundial das Comunicações Sociais deste ano podemos identificar alguns dos problemas que, ao longo dos tempos, têm afetado a relação entre a Igreja Católica e a comunicação social em Portugal.

Tudo porque para escutar é preciso haver alguém para ser escutado e disponibilidade para escutar o que foge às ideias preconcebidas. E isso nem sempre acontece.

De facto, e embora nos últimos anos se tenha assistido por parte de alguns setores da Igreja a uma maior disponibilidade para a comunicação social, noutros setores isso ainda não aconteceu, verificando-se até um retrocesso.

Esta situação é particularmente visível quando os temas da agenda mediática são polémicos.

Aí, ao invés de proatividade da Igreja no esclarecimento e na resposta às questões colocadas pelos jornalistas, a primeira tentação é retardar a comunicação, remeter explicações para um comunicado nem sempre esclarecedor ou, simplesmente, não haver

disponibilidade para o contacto. Mas, mesmo quando os temas em questão não assumem aparentemente uma perspectiva de polémica, nalguns departamentos da Igreja os contactos não são fáceis. A cultura instalada parece ser, por vezes, a de encarar a comunicação social como um conjunto de críticos que apenas estão disponíveis para deturpar o que é dito.

E estamos naquele ponto em que é necessário abordar, também, as responsabilidades da comunicação social na manutenção da situação.

Ao longo dos anos, muitos jornalistas têm dado azo a uma reação de rejeição por parte das estruturas da Igreja, desde logo por muitas fragilidades demonstradas no conhecimento dos temas que procuram abordar.

Em muitas redações, o acompanhamento da atualidade religiosa não é encarado no mesmo patamar de relevância que merecem outros temas e o investimento na formação dos jornalistas nesta área temática não está, na maior parte do tempo, nas preocupações das chefias.

A Igreja é um filão noticioso quando há polémica, como se assiste atualmente, e bem, em torno do tema dos abusos sexuais; mas mesmo neste dossiê os casos são tratados em grande medida apenas do ponto de vista criminal pelos jornalistas, sendo poucos os que se aventuram a mergulhar mais profundamente no assunto, buscando respostas para o que tem falhado, desde há muitas décadas, no acompanhamento destas situações. O papel do jornalista fica incompleto, apenas cumprindo parte da sua função.

Aqui chegados, talvez seja o momento de lembrar o alerta deixado pelo Papa Francisco na mensagem para o Dia Mundial das Comunicações Sociais de 2021: “A crise editorial corre o risco de levar a uma informação construída nas redações, diante do computador, nos terminais das agências, nas redes sociais, sem nunca sair à rua, sem ‘gastar a sola dos sapatos’.”

Neste alerta de Francisco talvez esteja parte da solução para o problema de comunicação entre a Igreja e os jornalistas.

É tempo de as redações atribuírem ao acompanhamento da atualidade religiosa a atenção que dispensam a outras dimensões da vida humana, proporcionando formação específica a jornalistas e não relegando a temática para o fundo das agendas.

Em paralelo, é urgente (sim, é esta a palavra certa) que a Igreja – a sua hierarquia, os seus múltiplos departamentos – entenda que, para manter a sua respeitabilidade não pode furtar-se ao escrutínio da comunicação social, não pode fechar-se na sua concha. Tem de comunicar, comunicar com todos, esclarecer sempre que questionada, com a rapidez e a linguagem dos tempos que correm.

Em tempo de reflexão sinodal, este é um dos temas que a Igreja também não deve descurar e, em Portugal, a realização no próximo ano da Jornada Mundial da Juventude poderá ser o momento ideal para a consolidação de uma nova relação.

João Luís Gomes é jornalista da Lusa; acompanha com regularidade a atualidade religiosa, em particular acontecimentos ligados a Fátima.

**Apoie o 7MARGENS e desconte
o seu donativo no IRS ou no IRC
Agora já pode descontar 130%
do donativo que entender
dar ao 7MARGENS!**

O Ministério da Cultura reconheceu o interesse cultural desta iniciativa pelo que o montante do seu apoio pode ser deduzido no IRS (categoria B) e no IRC majorado de 130% [artº 62 – B (Mecenato Cultural) do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)].

No caso de pessoa singular sem rendimentos de categoria B, 25% do montante entregue ao 7MARGENS pode ser deduzido à coleta do IRS [artº 63 do EBF].

7MARGENS rege-se pelo seu estatuto editorial e o seu limiar de existência vive na dependência do interesse e da participação dos seus leitores. Por isso, tem em curso uma campanha de recolha de fundos, **propondo que cada pessoa / família / instituição contribua com €100,00 para este projeto através da conta**

CGD: PT50 0035 0675 0004 6941 7308 1.

Claro que cada pessoa pode entender cooperar com outro valor.

A continuidade do 7MARGENS também depende de si.



Expresso

**Rosa Pedroso
Lima**

5

**Saber falar
com os média**

24 Maio 2022

26



Foto © António Pedro Ferreira

Há muitos, muitos anos, quando comecei a ser jornalista, não havia *on-line*, nem computadores, nem telemóveis, nem redes sociais. Não havia nada disso. Mas havia, em cada redacção dos grandes meios de comunicação social, um especialista em Igreja. Funcionavam, na maioria dos casos, na secção do Nacional. Eram normalmente homens e sempre jornalistas seniores, com uma enorme carteira de contactos que lhes permitia chegar a fontes dos vários sectores da Igreja. Era o caso do Mário Robalo, no *Expresso*. Do António Marujo, no *Público*, do padre António Rego, na TVI, do Manuel Vilas Boas na TSF, do António Cadavez no *DN* e tantos outros que, de memória, não consigo recordar.

Eram muitos. E, com eles, a Igreja fazia parte integrante do noticiário do país, precisamente porque esses jornalistas alimentavam a cadeia noticiosa das redacções, traziam ideias, reportagens, investigações e entrevistas sobre o dia-a-dia da Igreja. Hoje, não é assim. O mundo das redacções mudou radicalmente. Temos, agora, todos os meios tecnológicos do mundo e, através deles, as redacções passaram todas a trabalhar em direto, aceleraram na transmissão de informação e o público habituou-se a pensar que

o mundo está aqui ao lado e que todo o planeta está à distância de um *clic*. Mas não é bem assim. Ontem, como agora, são precisos jornalistas para informar, essa tarefa feita de uma mistura de recolha, confirmação e confrontação de dados através de várias fontes. Fazer jornalismo não é apenas reproduzir de imediato o que se viu, ouviu ou leu em qualquer lado. São precisas fontes credíveis de informação e tempo para digerir os dados, muitas vezes contraditórios, que se recolhem em cada história. Uma prática que está a cair em desuso, numa época em que as redacções estão a encolher a olhos vistos e onde a figura do jornalista especializado – seja no que for – é uma raridade. Jornalistas a falar de religião? Não existem em nenhuma redacção de órgãos de informação generalista. A única excepção é a RR ou a agência Ecclesia, mas esses são órgãos de comunicação social da Igreja Católica que, ao longo dos anos, tem feito um esforço enorme por marcar presença nos media. E, claro, há este projecto do 7MARGENS, fruto do empenho de uma equipa que inclui o António Marujo com o imenso “capital” acumulado na sua longa carreira de jornalista, precisamente especializado na cobertura informativa da religião.

A Igreja, diga-se de passagem, comunica bem nos meios de Comunicação Social. Nos seus órgãos de comunicação social, desde logo, mas também nos espaços que foi conquistando ao longo dos anos. Prova disso é a existência de cardeais, bispos, padres e teólogos com uma presença regular nos órgãos de Comunicação Social generalista portugueses. Frei Bento Domingues tem uma coluna semanal há 30 anos, no *Público*. O cardeal Tolentino é um dos colunistas actualmente mais antigos do *Expresso*. Do *Correio da Manhã* ao *Jornal de Notícias*, há sempre um espaço garantido para um colunista da Igreja, o que mostra como esta – e as suas diversas vozes – tem acolhimento nos media e audiência garantida (pois, caso contrário, as colunas de opinião desapareceriam...)

O problema não está, então, nesta capacidade de a Igreja comunicar **nos** media. Nesse ponto, está tudo bem e recomenda-se. O problema está na dificuldade em comunicar **com** os media, com os atuais media, cada vez mais descapitalizados de jornalistas, cada vez mais acelerados na produção de informação e cada vez mais a “reboque” do

“Mudar é mesmo uma necessidade urgente, que nos dará ganhos a todos. Dentro e fora da Igreja.”

que, a cada minuto, está a “bombar” através das redes sociais. E esta dificuldade de comunicação está para durar. E pode até agravar-se, porque não está à vista um milagre da multiplicação de jornalistas nas redacções, nem tão pouco os tempos correm a favor da especialização, pelo que é de esquecer a possibilidade da Igreja – nos tempos que se avizinham – poder encontrar um interlocutor privilegiado em qualquer jornal, rádio ou televisão, capaz de se interessar por aprofundar um tema, investigar um assunto ou investir numa reportagem. Muito menos haverá espaço para que os próprios media interpelem a Igreja em outros assuntos que não os previstos no calendário de eventos oficiais (visitas do Papa, cerimónias de Fátima ou Jornadas Mundiais da Juventude, só para mencionar alguns). A não ser, claro, que a agenda mediática e as redes sociais assim o determinem. E, nesses picos de atenção – sejam eles por bons motivos, ou para enfrentar denúncias e críticas de situações desagradáveis – a Igreja tem de saber dar uma resposta clara, rápida e transparente. E não o tem conseguido fazer. Há falhas, lacunas, silêncios incompreensíveis para o público, penosas para a Igreja.

Por outras palavras: a Igreja tem de ser profissional no contacto com a Comunicação Social, tem de ter interlocutores disponíveis para atender qualquer jornalista, de qualquer piquete noticioso. Deixar a comunicação da Igreja a cargo de voluntários, em regime de *part-time* ou em regime de acumulação de funções não funciona, perante as exigências crescentes e permanentes do mundo atual da informação. Os media têm de saber a quem recorrer, os contactos com a Igreja têm de ser acessíveis a todos, tem de existir um assessor (ou vários) permanentes, que receba os pedidos de informação e lhes saiba dar seguimento. Sem medos, sem burocracias, sem rodeios. Há quem saiba fazer bem isto. E, não são, necessariamente, os membros do clero. Mudar é mesmo uma necessidade urgente, que nos dará ganhos a todos. Dentro e fora da Igreja.

Rosa Pedroso Lima é jornalista do Expresso; tem acompanhado a informação religiosa e as visitas papais a Portugal.

Filipe d’Avillez

6

**Igreja
e comunicação
social – aliados
na busca da verdade**

25 Maio 2022

30



Foto: Direitos reservados

Poucos casos servem melhor para medir a relação entre a Igreja e os media do que a crise global de abusos sexuais praticados sobre menores por elementos do clero. Esta crise é a maior que a Igreja Católica tem enfrentado nas últimas décadas, e embora haja sinais de que a situação está bastante melhor agora, pelo menos no mundo ocidental, podemos ter a certeza de que irá continuar a gerar manchetes e polémica durante muito tempo ainda.

Enquanto católico e também enquanto jornalista especializado na área da religião, sempre defendi que a Igreja devia ser a primeira interessada em revelar e confrontar a verdade sobre estas situações. Grande parte do escândalo surgiu não só dos desvarios pecaminosos – e criminosos – de alguns homens, mas da cultura de encobrimento sistémico que afetou o resto da hierarquia, que preferiu esconder, negar e ignorar a infeção.

Tanto no meu trabalho na Renascença, onde fui jornalista durante vários anos, como na minha atividade de comentário e análise pessoal que ainda mantenho no âmbito do projeto Actualidade Religiosa, fui dando sempre atenção a esta questão; ao fazê-lo

enfrentei não pouca resistência e algumas queixas de católicos, incluindo de alguns padres. Hoje quero contar um caso que me marcou bastante. Tinha acabado de fazer mais um artigo sobre o terrível caso do cardeal McCarrick, dos EUA, e de mais uma vaga de revelações naquele país – algumas das quais não podem ser descritas de outra forma do que diabólicas – quando recebi um *email* muito queixoso de um sacerdote que perguntava porque é que eu insistia neste assunto, e a lamentar-se do quão difícil era, hoje, ser padre e ser olhado com desconfianças na rua por causa de todas estas histórias terríveis.

Escrevi de volta a explicar que da minha perspectiva este era um tema que, como Igreja, tínhamos obrigação de pegar de caras. Que por mais que doesse, era preciso desinfetar esta ferida terrível e expô-la à luz e ao sol, para que a infecção desaparecesse de vez. Disse ainda que o incômodo que ele sentia ao ser identificado publicamente como padre não seria muito maior do que o que eu, e todos os católicos, sentíamos por vermos o nome da nossa Igreja associada a esta mancha terrível.

O que se seguiu foi um ato de humildade que me tocou profundamente. O mesmo padre respondeu a agradecer a minha franqueza, a dizer que o que eu tinha escrito lhe tinha dado muito que pensar e que por essa razão gostaria que eu fosse à próxima palestra da sua paróquia, falar precisamente sobre este assunto dos abusos.

Se partilho esta história é apenas para mostrar que acho que, aos poucos, a Igreja está a mudar na sua relação com a imprensa e, por conseguinte, na sua relação com a exposição pública de todos os aspetos da sua vida, não só dos bons. Não foi há tantos anos assim que o Papa Bento XVI – por quem tenho muito amor e admiração – disse que parte

“A Igreja só tem a ganhar em cultivar uma relação transparente com os jornalistas.”

do problema do escândalo dos abusos era culpa dos jornalistas; porém, há poucos meses vimos a Comissão Independente para investigação desta situação na Igreja Portuguesa a dizer que conta com os jornalistas e com os meios de comunicação para fazer chegar mais longe os seus apelos e tentar ao máximo ir ao fundo da questão. De igual forma, mudando de plano, o Papa Francisco tem elogiado o papel da imprensa diversas vezes ao longo do seu pontificado, agradecendo ainda recentemente tudo o que os jornalistas têm feito, por vezes à custa da própria vida, para revelar o que se passa na guerra na Ucrânia.

Os tempos de desconfiança entre a Igreja e a comunicação social não acabaram totalmente. Ainda encontramos padres e bispos que se recusam a falar com os jornalistas, mas depois se queixam de que são sempre os mesmos seus colegas que aparecem na imprensa. Mas também é verdade que ainda não desapareceu também – ou pior, tenderá a agravar-se – uma certa ignorância e preconceito por parte de muitos jornalistas em relação à Igreja e religião em geral.

A mudança de atitude que tenho visto da parte da Igreja, contudo, deve continuar a aprofundar-se, e os bispos, padres e leigos devem compreender que por mais que custe, pontualmente, a Igreja só tem a ganhar em cultivar uma boa relação, transparente, com os jornalistas, vendo nos meios de comunicação social não um inimigo que procura escandalizar, mas um aliado na busca de uma verdade que liberta.

Filipe d’Avillez é jornalista freelancer e trabalhou na Rádio Renascença até final de 2021 na área da informação religiosa.

RTP

Lavínia Leal

7

**Um fenómeno
estranho
e a fórmula do Papa**

26 Maio 2022

34



Foto: Direitos reservados

É um fenómeno estranho: como é que se explica que um tema sobre o qual todos têm opinião e que de uma forma ou outra faz ou fez parte da vida da maioria dos portugueses é tão rejeitado quando se trata de preencher espaço na emissão?

Faço uma pesquisa rápida no Google Notícias: “Igreja Católica Portugal”.

O resultado espelha bem a relação que a comunicação social “laica” portuguesa tem com a Igreja católica. A maior parte das notícias são sobre abusos sexuais e sobre o Papa.

Existe um preconceito generalizado em relação ao assunto “católico”. Um passado em que o Estado muitas vezes se confundia com a hierarquia da Igreja deixou marcas profundas. Julgo que parte do preconceito vem daí, apesar de o 25 de Abril ter sido há quase 50 anos.

O facto de a RTP ser um órgão de comunicação social público obriga ainda mais ao dever de isenção e à laicidade. O escrutínio do público e das instituições é permanente. Assim como não queremos ser chamados de porta-vozes do governo, também não queremos ser a voz da Igreja. E é assim mesmo que deve ser. Mas, nesta demanda pela isenção, às vezes peca-se por excesso. Apresenta-se assim um desafio ainda maior para a Igreja

ser notícia. Reconheço que nos últimos anos houve um esforço da Igreja, nomeadamente na diocese de Lisboa, para melhorar a comunicação com imprensa.

Recordo-me de uma conferência de imprensa presidida por D. Manuel Clemente, na sede da Conferência Episcopal. Coincidiu com um momento em que a Igreja portuguesa decidiu travar a admissão de homossexuais nos seminários. Na mesma altura um padre da Madeira tinha assumido a paternidade de uma criança.

D. Manuel foi bombardeado com perguntas sobre os dois temas.

Foi confrangedora a falta de habilidade para responder aos jornalistas. Estava claramente mal preparado. Não tenho dúvidas que era a pessoa que mais sabia sobre os assuntos mas, efetivamente não estava preparado para o que aconteceu.

Ao contrário daquilo que foi tradição durante muitos anos na Igreja portuguesa, que em situações de crise ficava em silêncio à espera que a tempestade passasse, esta conferência de imprensa revela uma vontade de ser transparente e de enfrentar os assuntos difíceis perante a sociedade. Por outro lado, tornou-se evidente a necessidade de a Igreja trabalhar a comunicação. Ter um especialista que antecipe as reações dos média e as perguntas, que saiba como gerir as crises e aconselhe os porta-vozes.

O Opus Dei é um excelente exemplo. No meio do furacão d'*O Código da Vinci*, a Obra percebeu que era imperativo gerir os estragos e recuperar a imagem. Recrutou um especialista. A forma como Pedro Gil se relacionou com os jornalistas desde o primeiro momento fez toda a diferença para reabilitar o Opus Dei na imprensa. Sempre disponível, linguagem acessível, abre portas, responde com clareza.

Particpei uma vez numa formação sobre jornalismo e Igreja no Seminário dos Olivais (Lisboa). Havia jornalistas de vários órgãos de comunicação diferentes, incluindo Ecclesia e Rádio Renascença. Falou-se do episódio com D. Manuel Clemente como exemplo do que não deve acontecer. No momento reservado para perguntas e respostas alguns padres e seminaristas manifestaram indignação por também a Renascença ter questionado D. Manuel. Consideraram um ataque à Igreja. Houve ainda quem defendesse que um jornalista católico deve alinhar com o discurso da Igreja, o que obviamente, não pode acontecer.

Há um esforço claro de aproximação aos média de alguns sectores da Igreja que perceberam a importância que têm para se recuperar a imagem e o respeito da sociedade. No entanto, enfrentam a resistência daqueles que consideram que qualquer notícia é uma ameaça, menos aquelas que reproduzem os discursos do papa ou dos bispos.

As encíclicas, o conteúdo por si só, não têm espaço na informação da RTP. Divulgar o conteúdo de uma encíclica é evangelização, não é notícia. No entanto, se o Papa ou o Vaticano produzirem documentos que falam de contraceção, aborto, sexualidade, casamento dos padres ou sacerdócio de mulheres já se admite uma referência nos jornais da estação. E de que serve a um jornalista escrever textos cheios de conteúdo se mal começa a reportagem o telespectador faz *zapping*? O ideal é conjugar conteúdo com criatividade. A articulação dos dois pode reconquistar o público para assuntos menos polémicos e devolver à Igreja o respeito que merece. As reportagens de Joaquim Franco na SIC e

“A comunicação é um dom que [o Papa] tem. Linguagem simples e comum, transparente, acessível, verdadeira, credível, confiável. Fala olhos nos olhos, coloca-se ao nível das pessoas a quem se dirige.”

agora na TVI são um exemplo extraordinário disso mesmo. Não sei se Jorge Bergoglio alguma vez fez média *training* ou se é apenas intuitivo, mas a comunicação é um dom que ele tem. Linguagem simples e comum, transparente, acessível, verdadeira, credível, confiável. Fala olhos nos olhos, ou seja, coloca-se ao nível das pessoas a quem se dirige. Quando se começa no jornalismo repetem-nos constantemente: “Tens de escrever para a porteira. Se a porteira entende, todos vão entender.” O Papa fala para a porteira! Sempre. A comunicação da igreja poderia começar logo por aí. Falar simples. Descomplicar os discursos tantas vezes tão herméticos que até o próprio clero tem dificuldade em entendê-los.

Como pode a Igreja estar presente nos média de forma saudável e permanente?

O Papa Francisco tem a fórmula. Basta seguir-lhe o exemplo.

Lavinia Leal é sub-editora de Sociedade na RTP. Jornalista há 27 anos, interessa-se por temas sociais e religiosos.

Octávio Carmo

8

**Autonomia,
protagonismo
e concorrência**

27 Maio 2022



Foto: Direitos reservados

Roubo o título desta partilha ao meu querido professor António Matos Ferreira, com quem aprendi a importância de ler a contemporaneidade à luz destas três palavras-chave. Elas representam, em si, um enorme desafio a todas as instituições: a progressiva autonomização dos sujeitos gera novos protagonismos, que entram em concorrência entre si, numa busca incessante pela relevância. Que isto afete o jornalismo parece claro e, mais ainda, quando se fala da relação entre jornalismo e instituições, como é o caso da Igreja Católica.

Começo por sublinhar que há desafios comuns: no mundo das redes sociais, as formas de mediação tradicionais e as instituições sociais, políticas, desportivas ou religiosas são vistas cada vez mais como espaços em que há “algo a esconder”, interesses ocultos, jogos de poder...

Já a “informação” que chega pelo “tio do Whatsapp”, como diriam os nossos irmãos brasileiros, essa sim, é pura e desinteressada. Cada vez mais a “realidade” (sempre parcial) chega sem filtro, sem necessidade de mediadores, numa atitude que é até glorificada como um ato de insubordinação e libertação face às formas mais tradicionais da Comuni-

cação Social. Esta avalanche de dados, sem qualquer tratamento, muitas vezes carecida de qualquer veracidade, é um grande desafio. Para os jornalistas e para as instituições. Vivemos um tempo difícil, no campo mediático, em que a mera “aparência de verdade” é mais do que suficiente para quem acredita apenas naquilo que quer acreditar – ignorando pura e simplesmente princípios tão básicos como a verificação da informação.

Um exemplo clássico: circula, com algum sucesso, a “notícia” de que o Papa vai eliminar a Bíblia – uma das ‘fake news’ mais ridículas do atual pontificado. Logo Francisco, que já ofereceu aos peregrinos e famílias, na Praça de São Pedro, edições da Bíblia e Evangelhos de bolso...

A questão de fundo é sempre antropológica e não técnica, como alguns investidores e editores teimam em apregoar. A comunicação é humana, acima de tudo. É fundamental que o jornalismo recupere o seu papel de mediação em nome do restabelecimento da memória e de um maior conhecimento.

Chego agora às questões que me foram propostas. É evidente que nem sempre a relação entre a hierarquia católica e os jornalistas leva em consideração o papel fundamental que estes profissionais desempenham no atual contexto de desinformação em massa. Isso não invalida que se reconheça uma melhoria na forma de projetar a comunicação, com maior profissionalismo nas estruturas católicas, apesar da sistemática dispersão de recursos e ausência de sinergias significativas. Outro problema fundamental é o do tempo: a urgência mediática esbarra, sistematicamente, no “ritmo eclesial”, que remete para mais tarde o que deveria ser respondido de imediato – levando a que o espaço seja preenchido pelas mesmas vozes, nem sempre as mais capacitadas sobre as questões em causa, mas dispostas a falar a todo o momento e a respeito de tudo.

“É fundamental que o jornalismo recupere o seu papel de mediação”

O discurso mediático padece, muitas vezes, de um *a priori* pernicioso: pensar, por se ter ido à igreja enquanto criança, que se sabe falar da Igreja. Muitas vezes a partir de preconceitos, ideias ultrapassadas ou superficiais, que estão longe de configurar uma imagem correta da pluralidade tensionada que dá vida às várias comunidades católicas e às suas diversas correntes teológicas.

Do ponto de vista das instituições religiosas, por outro lado, persiste uma desconfiança face aos media e a tentativa de transformar a Comunicação Social num altifalante unidirecional, à imagem dos antigos púlpitos nas igrejas católicas.

Volto ao início: a pluralidade de protagonismos, concorrenciais, e a transformação na forma de viver a experiência espiritual coloca desafios comuns a profissionais da Comunicação e a responsáveis religiosos, face à construção de novos espaços mediáticos e de experiência do sagrado.

“A convicção generalizada é que a promoção de uma cobertura diferente depende de um esforço conjunto por parte dos jornalistas e por parte das denominações religiosas como fontes de informação. Portanto, não há uma única resposta; o problema seria superado com um duplo trabalho, baseado numa maior atenção dos média ao fenómeno e numa maior iniciativa por parte das fontes religiosas” (Márcia Grilo, “A mediatização do facto religioso, entre imediato e transcendente: o caso do Cristianismo na imprensa escrita de referência em Portugal”, in *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação*, nº 9, 2017, p. 32).

Octávio Carmo é jornalista da Agência Ecclesia e tem acreditação permanente na Sala de Imprensa da Santa Sé.

Aura Miguel

9

**A “surdez
interior”
e a coragem
de sair de si**

28 Maio 2022

42



A jornalista Aura Miguel à conversa com o Papa, no voo para a Bulgária, em 2019.

Foto cedida pela autora

Há “uma surdez interior pior do que a física”, avisa-nos o Papa, porque “a escuta não tem a ver apenas com o sentido do ouvido, mas com a pessoa toda”. Se quem pergunta e quem responde procura uma comunicação verdadeira, então, é preciso “reaver a escuta de si mesmo, das próprias exigências mais autênticas, inscritas no íntimo de cada pessoa”.

As palavras de Francisco aplicam-se aos dois lados da comunicação e põem o dedo na ferida: “Para fornecer uma informação sólida, equilibrada e completa, é necessário ter escutado prolongadamente. Para narrar um acontecimento ou descrever uma realidade numa reportagem, é essencial ter sabido escutar, prontos mesmo a mudar de ideia e a modificar as próprias hipóteses iniciais”. →

Na minha longa experiência de 37 anos de jornalista, esta questão é decisiva mas dificilmente verificada, quer de um lado, quer do outro dos protagonistas da comunicação. É que comunicar é muito mais do que trocar dados e informações, é ajudar a conhecer melhor a realidade e ter a coragem de sair de si e alargar horizontes de conhecimento e vida, ao ponto – se necessário for – de mudar de atitude e mentalidade. No fundo, é amar mais a verdade do que a ideia que se tem dela.

A própria Igreja, portadora de uma milenar sabedoria humana, é chamada a dar o exemplo; mas por que será que, em geral, a sua comunicação é pouco atrativa? Tantas vezes, como repórter, esbarro com discursos preparados e respostas feitas a partir de planos pastorais que não comunicam grande coisa da realidade concreta. Outras vezes, predomina um certo desinteresse pela nossa missão, por vezes disfarçado em conversa afectiva quando, na verdade, o que precisamos é de esclarecimentos e razões sobre os assuntos em notícia.

Do outro lado “do diálogo” estamos nós, mergulhados na voragem informativa, sempre a perguntar e à procura de novidades. “Olha a nossa coscuvilheira”, dizia-me com amizade e sentido de humor um idoso bispo emérito, sempre que me via de microfone na mão, incentivando (à sua maneira) a minha curiosidade, ao contrário de outros prelados que nem sequer me cumprimentavam.

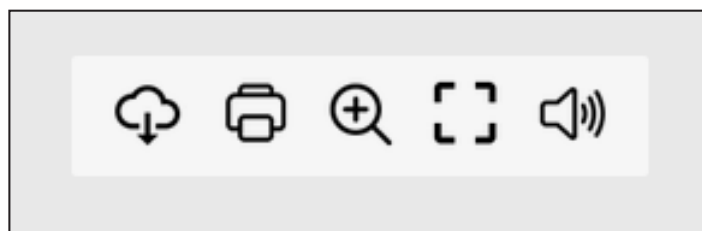
Do lado dos jornalistas, também sabemos que nem sempre o espaço do entrevistado é respeitado e que quase nunca o fim (de obter notícias ou ganhar audiências) justifica certos meios. Tantas vezes corremos o risco de partir para uma entrevista com uma ideia feita, sem esperar nada daquele encontro, nem prestar atenção às razões do outro, sobretudo, quando não coincidem com as nossas.

Uma vez, atormentada com tantos “monólogos a duas vozes” à minha volta, perguntei diretamente ao Papa João Paulo II, numa conversa privada a bordo do avião papal, o que me aconselharia para ser boa jornalista. E ele, após uma breve pausa de reflexão, respondeu: “É preciso discernir sempre.” De facto, o acto de discernir é saber pensar pela nossa cabeça (sem ceder a pressões do “toda a gente faz”), é ter a liberdade de encarar a realidade segundo a totalidade (e não apenas alguns) dos seus favores, é “avaliar tudo e retirar o que é bom”, como já aconselhava o apóstolo Paulo, para depois comunicar.

Conhecedor como ninguém da natureza humana, o Papa Francisco propõe-nos, na mensagem deste ano, pedir a Deus “um coração que escute” para se ouvirem as várias vozes – inclusive na Igreja – e assim podermos “exercitar a arte do discernimento que se apresenta sempre como a capacidade de se orientar numa sinfonia de vozes”. Esta advertência implica uma disponibilidade de todos à conversão, convida os protagonistas da comunicação a saírem da sua auto-referencialidade (clerical e jornalística), sob pena de a verdade sinfónica, que todos desejamos transmitir, continuar desafinada.

***Aura Miguel é jornalista da Rádio Renascença
e tem acreditação permanente
na Sala de Imprensa da Santa Sé.***

**Pode imprimir ou descarregar
para o seu computador
este Caderno **7MARGENS**,
utilizando os botões disponibilizados
neste Portal de Leitura.**



TSF

**Manuel Vilas
Boas**

10

**Pouca fé,
num território
difícil**

29 Maio 2022

46



Foto: Direitos reservados

A Comunicação Social sob a tutela da Igreja Católica em Portugal cresceu a olhos vistos, no último meio século, depois da explosão – ainda que moderada, entre nós – do Concílio Ecuménico Vaticano II, ocorrido, em Roma, de 1962 a 1965.

O dinamismo da Conferência Episcopal estava, então, sujeito e confundido com a personalidade do cardeal Cerejeira, patriarca de Lisboa, supostamente “patrão” da Igreja portuguesa e mentor também do Estado Novo.

Com tipografia própria, imprimia-se, em Lisboa, a voz oficial da Igreja, o *Novidades*, sob a batuta de Moreira das Neves. Episodicamente, surgiu depois do 25 de Abril, o jornal *Terra Nova*, sem húmus para o futuro.

No éter, a Igreja portuguesa exprimia-se na Emissora Católica, apenas nas ondas da religião tradicional, no seu início, em 1937. O fundador, Mons. Lopes da Cruz foi o herói do tempo. Dos Açores chegaria, em finais dos anos 1960, António Rego, a fazer mecha nos estúdios da Rua Capelo, ao Chiado, e na Emissora Nacional, na rua do Quelhas. Por muito tempo, estiveram nessa roda Lopes Morgado, Carlos Capucho e, na redacção

do Porto, Eloy Pinho. É de elementar justiça juntar aqui os nomes de Raul Machado, o cardeal António Ribeiro, Videira Pires, João de Sousa e Luís de França, entre outros, na RTP. A TVI foi um pesadelo para a Igreja Católica, apesar da presença sempre inteligente e esforçada do padre Rego. A Agência Ecclesia, chegada com algum atraso nos anos 90, debate-se, como é norma nacional na área da Informação, com a escassez de meios humanos e técnicos. A mesma agência luta ainda por uma maior divulgação dos seus conteúdos noticiosos, através de correspondentes diocesanos. A Ecclesia intenta tornar mais próxima a informação que lhe chega do Vaticano, dirigida aos falantes da língua portuguesa.

Não é de menor importância, no conjunto da Comunicação Social da Igreja Católica, a imprensa regional, expressa numa volumosa quantidade de jornais e boletins, alguns vestidos de relevante profissionalismo. Junta-se a esta imprensa, a Associação de Rádios Católicas espalhadas pelo país. Ainda a *Logomédia*, uma iniciativa suportada pelos institutos religiosos, chegou, entre nós, na era do audiovisual, consumida, depois, pelo digital de todas as pressas.

A tempo, julgo ser urgente a investigação da história da totalidade dos órgãos de Comunicação da Igreja portuguesa, sobretudo, a Rádio Renascença, dramaticamente atingida durante o PREC [Processo Revolucionário Em Curso], após a Revolução de Abril de 1974.

À medida que era assumido, em Portugal, o espírito conciliar, a RR transformou-se, progressivamente, nos anos 70 e ainda antes do 25 de Abril, numa “vanguarda de liberdade”, pode ler-se num artigo de Nelson Costa Ribeiro, docente na Universidade Católica, publicado na revista *Lusitânia Sacra*, no ano 2000. A tratar esta mesma questão ficou o registo na *Agência Ecclesia*, em 4 de Abril de 2012, de uma entrevista ao padre Lopes Morgado, membro da equipa de padres que desempenhou funções na RR, como realizador de programas. A entrevista, por escrito, foi concedida a Paula Borges Santos, para o mestrado em História Contemporânea sobre “A Igreja e a Revolução”, na Universidade Nova de Lisboa, em 2001. Nessa entrevista, entre outras afirmações pertinentes, Lopes Morgado, padre capuchinho, referia que “à luz deste processo da RR foi possível perceber muitas contradições e ambiguidades que atravessam a Igreja e o país, de então, aos vários níveis”.

“Arder nos próprios olhos”

Em pleno século XXI, depois de Gutenberg, Marconi, MacLuhan e, agora, Mark Zuckerberg, não é sustentável que a preocupação da Igreja Católica continue a apostar na especialização dos seus quadros em Direito Canónico e mesmo em Teologia Dogmática e deixe no esquecimento os agentes de comunicação da Palavra. O que é que rescende de uma liturgia impressiva se não há uma comunicação perfeita da mensagem ou mesmo do teor dos debates em que se tenha de participar? Não me convencem também os televangelistas repassados dos ingredientes obsessivos da publicidade. Mas quem tem a missão de transmitir a densidade da mensagem religiosa, não pode convencer-se



de que é eficaz, por ser artista ou ter acabado um qualquer curso académico. O meu velho amigo e professor Pierre Babin, já desaparecido, dizia que a mensagem essencial do cristianismo tem de arder nos próprios olhos para poder passar, sem perda de calor, para o receptor. Quem passa somos nós – ou não passamos.

Outra coisa ainda é a desconfiança que vai permanecendo, em geral, na hierarquia religiosa portuguesa. Como se os jornalistas tivessem lepra ou andassem vestidos de perversão. Quem não deve não teme. Água mole em pedra dura poderá fazer que a deontologia regresse com o seu a seu dono. O anticlericalismo só pode rimar com clericalismo ou mesmo carreirismo, epítetos com que Francisco distingue os seguidores dessas modalidades. Porque há também jornalistas guardadores do seu sigilo profissional. E bispos que respeitam o primeiro e o segundo mandamentos.

“Aí vem ele”

Tenho ainda na memória, dos anos 1980, o alvoroço que se levantava, na assembleia plenária do Episcopado, quando chegava, ao Santuário de Fátima, um repórter ido de Lis-

Manuel Vilas Boas:
“A Igreja Católica continua a esquecer os agentes de comunicação da Palavra.”
Foto: Direitos reservados

boa, do *Diário de Notícias*, o mais difundido jornal português, na época. “Aí vem ele!”, era como alguns recebiam António Cadavez, o mensageiro das famigeradas más notícias da Igreja. Não é muito tranquila esta evocação. Fica como homenagem a quem sofreu na pele o desprezo profissional.

O Papa Francisco tem um exemplar comportamento com a Comunicação Social. Depressa percebeu, também ele, que não é com fel que se apanham moscas. Já diversas vezes exprimiu o respeito que nutre pelos jornalistas. Tem em seu redor uma excelente equipa que inclui os italianos Paolo Ruffini, prefeito do Dicastério para a Comunicação, e Matteo Bruni, director da Sala de Imprensa do Vaticano, que dão eficácia e difusão às múltiplas mensagens que permanentemente emite para o todo o mundo.

No ano passado, o Papa argentino foi particularmente feliz com o tema que sugeri para o Dia Mundial das Comunicações Sociais da Igreja. “Vem e verás – encontrando as pessoas onde estão e como estão”. Sublime a provocação de Francisco: “É preciso gastar as solas dos sapatos.” Neste 56.º Dia das Comunicações Sociais, novo tema surpreende: “É preciso escutar com o ouvido do coração.” Para fechar, não aborrecerá, como nos antigos sermões um breve naco de latim, *Nolite habere cor in auribus, sed aures in corde* (*Não tenhais o coração nos ouvidos, mas os ouvidos no coração*).

Uma história pessoal

Foi sobre o espectro da fome no mundo que vi, em Maio de 1968, preto no branco, o primeiro artigo publicado, na revista *O Missionário Católico*, agora intitulada *Boa Nova*. Nesse tempo “puxava por mim” a sensibilidade ao mundo, que descobria na modernidade emergente. Foi uma zanga interna, no “Probando” – uma espécie de noviciado –, que me precipitou para o jornalismo, cujo curso concluí na Universidade de Lisboa.

“Sublime a provocação de Francisco: ‘É preciso gastar as solas dos sapatos’.”

Entrei em controvérsia, em 1976, quando estava em Lyon, no mundo audiovisual da Universidade Católica, sob o ideário de Marshall MacLuhan, engolido posteriormente pela era digital. Em finais dos anos 1970, tinha o meu nome na ficha técnica do 70X7, da RTP, e também na RDP e ainda no semanário *O Jornal*, substituído pela *Visão*. Entre demissões sistemáticas e afastamentos calculados, sobrevivi na *TSF*, onde continuo, desde os primórdios da estação, e desde há 15 anos responsável pela edição dos *Encontros Com o Património*. Sempre com o registo crítico, doa a quem doer. Tenho um comentário à morte de S. Óscar Romero, na nota de despacho, da então Rádio Difusão Portuguesa. Vera Lagoa era minha excessiva devota, enquadrando-me, numa local, a que chamou “Franjas do Abade”, no seu avinagrado *O Diabo*. Fui também, então, objecto de uma petição na Assembleia da República, depois do saneamento que sofri na RDP. Alguma história pessoal, porventura esquecida, que não nasceu ontem. Trago comigo a atenção que sempre dei à actualidade religiosa e não só no país.

Alguns passos desta história, aqui recordados, foram dados por quem determinantemente decidiu assumir a incomodidade de chamar sua a liberdade, quando estava em jogo o complexo pensamento de uma instituição amarrada a um direito indefectível, a uma moral rígida e dogmas a esmo. Admita-se que não é, para todos, fácil trabalhar neste território. Nem quem habita a hierarquia nem quem tenta sobreviver em mar aliteroso. Com meio século de experiência nestas áreas, surpreende-me sempre a pouca “fé” dos responsáveis da Igreja no universo da Comunicação Social. Endémica e pouco inteligente esta cultura arrasta atrás de si outros dados que alimentam esta instituição, estruturalmente avessa à transparência.

Manuel Vilas Boas é jornalista, trabalhando actualmente na TSF.

Público

Natália Faria

11

**Para acabar
com o mutismo
de sempre**

30 Maio 2022

52



Foto: Direitos reservados

Feita de homens, a Igreja Católica portuguesa tem, como muitos de nós, uma compreensível dificuldade em olhar-se ao espelho à procura das suas falhas.

E ainda que não tenhamos ouvido, como em Espanha, os mais altos responsáveis hierárquicos católicos a justificarem a inércia da Igreja no combate e sancionamento dos abusos sexuais de menores e adultos vulneráveis no meio eclesial com o facto de vivermos em sociedades cujos meios de comunicação social incitam ao “sexo livre”, num vergonhoso enjeitamento de responsabilidades, os erros cometidos por cá nesta matéria ao longo do tempo dão para encher várias albufeiras.

Mesmo que enjeitemos a tentação de avaliar comportamentos do passado com as lentes do presente, resulta indigna de uma instituição que se reclama bastião da moral a persistente atitude de encobrimento de erros.

E não é menos indigno o atraso com que a Igreja em Portugal respondeu (com actos relevantes, e não apenas com palavras que mais não faziam do que camuflar o que parecia ser uma resistência passiva generalizada) aos insistentes apelos do Papa Francisco para que passasse a haver total transparência nesta matéria. ➔

Numa altura em que, um pouco por todo o mundo, a Igreja se penitenciava pelos milhares de casos de abuso sexual cometidos ao longo das últimas décadas, com coragem, transparência, humildade, disponibilidade para assumir responsabilidades e indemnizar as vítimas, mesmo que à custa da alienação do seu próprio património, em Portugal as perguntas dos jornalistas sobre esta matéria foram até há bem pouco tempo invariavelmente descartadas com mal disfarçada renitência pelos mais altos responsáveis católicos, sempre no sentido de reduzirem a expressão do problema a uma mera meia dúzia de casos, como quem, numa sacudidela de mão, enxota um moscardo incómodo, impertinente, intrometido.

Os jornalistas são-no muitas vezes. Mas foi também porque os jornalistas não desistiram de perguntar e de desconfiar (sem a persistência que se viu lá fora, é certo, o que a crónica falta de meios e de tempo com que se debatem todas as redacções portuguesas ajudará parcialmente a explicar) que a Igreja concedeu finalmente retirar a já muito esburacada venda que a impedia de olhar para o seu passado. Não foi preciso um ano para se concluir que, afinal, não eram meia dúzia de casos. São já cerca de 320 as denúncias dos que, assegurada a indispensável e genuína abertura para os ouvir, testemunharam ou declararam ter vivenciado a ocorrência de tais abusos na esfera da Igreja. Muitas destas denúncias referem-se a vários casos de abuso. Muitas mais se seguirão.

Muito a fazer na forma como a Igreja comunica

Bastou que mudasse a comunicação. Que mudasse o tom de quem, recém-chegado à cadeira de representante dos bispos portugueses, decide finalmente abandonar a velhíssima desconfiança generalizada face à comunicação social, transformando jornais, rádios e televisões em aliados na divulgação de uma Igreja que se quer renovada. A mudança começou e foi comunicada de forma directa, frontal, sem eufemismos. O que mostra que, querendo, e apesar da natural e desejável tensão, a Igreja sabe aliar-se à comunicação social no esforço de fazer passar a sua mensagem. De resto, que o hiato comunicacional não é de ordem prática confirma-se todos os anos em Fátima, por ocasião das principais peregrinações, e ainda recentemente nas acções de divulgação dos eventos preparatórios das Jornadas Mundiais da Juventude de 2023. A máquina comunicacional existe, é moderna, funciona, mesmo que o ritmo da Igreja e o da comunicação social sejam aqui e ali descompassados.

Mas para que esta “conspiração do silêncio”, [como lhe chamou no 7MARGENS](#) o bispo auxiliar de Braga D. Nuno Almeida, se rompa definitivamente, há muito a fazer ainda na forma como a Igreja comunica, sobretudo porque o esforço do líder da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) nem sempre ecoa mais abaixo na hierarquia católica. Um curto exemplo? Dois anos volvidos desde a criação, por imperativo do Papa, das comissões diocesanas destinadas a lidar com os casos de abuso sexual, mais de metade das dioceses continuava sem publicitar nos respectivos sites os simples contactos telefónicos que haviam sido impelidas a criar para incentivar a apresentação de denúncias. E, é escusado lembrá-lo, peca-se também por omissão.

“Feita de homens, a Igreja Católica portuguesa tem, como muitos de nós, uma compreensível dificuldade em olhar-se ao espelho à procura das suas falhas.”

Por outro lado, às perguntas dos diversos jornalistas sobre a recepção de tais denúncias, a maior parte dos bispos continua ainda hoje a responder com o mutismo de sempre, eventualmente porque receia ver expostas atitudes de encobrimento de que, numa sociedade esmagadoramente católica, todos ouviram falar, jornalistas e fiéis, embora sempre oficialmente negadas.

Os *emails* sem resposta, os inúmeros telefonemas sem interlocutor do lado de lá, as respostas lacónicas, não são falta de jeito ou de à-vontade para falar com jornalistas. São resquícios de uma Igreja pouco habituada ao escrutínio, ciosa do seu poder e da sua posição de privilégio; enfim, do tal clericalismo que o Papa Francisco tanto critica.

Para se desenredarem das teias de aranha que os vão inexoravelmente afastando do quotidiano dos portugueses, os bispos portugueses terão de libertar-se da sua solemnidade atávica e de passar a valorizar o sofrimento das vítimas mais do que a sua auto-preservação, sob pena de nada restar para preservar. Terão de ser capazes de pensar colectivamente as mudanças de contexto que vierem a ser tidas como necessárias para evitar a perpetuação de tais comportamentos. E de, à semelhança da Igreja alemã, por exemplo, dispor-se a acolher os que, a partir de dentro, nunca abdicaram da atitude de autocrítica e do questionamento de diferentes formas de ser Igreja, seja no tocante à participação das mulheres seja na condenação da contracepção ou das diferentes formas de viver a conjugalidade.

Feita esta mudança a partir de dentro, abandonada a pose de detentora exclusiva da razão, a relação com a comunicação social, e com a sociedade, tornar-se-á automaticamente mais fluída e eventualmente menos tensa. Mesmo que do pecado de ter sido a última a querer saber a verdade a Igreja portuguesa já não se livre.

Natália Faria é jornalista do Público, onde tem tratado vários temas relacionados com a Igreja Católica.

TVI

Joaquim Franco

12

**Do problema
do “conteúdo”
à barreira
da incompreensão mútua**

31 Maio 2022

56



**Joaquim Franco em Roma,
acompanhando o conclave de 2013,
na altura em serviço para a SIC.
Foto © José Silva**

1. Há uma sensação de *déjà vu* quando refletimos sobre as relações entre a Igreja Católica e os órgãos de comunicação social, maior ainda quando o foco é para a situação em Portugal. Ano após ano, jornadas de comunicação social organizadas pela CEP oscilam entre humores e opiniões dos oradores convidados e alertas assertivos sobre a crescente dificuldade na relação entre dois mundos que precisam de pontos de ligação.

Seria interessante fazer o balanço dessas reflexões que já têm décadas. Houve alguns avanços estruturais, como o reconhecimento da necessidade de uma mais robusta agência oficial – com meios e recursos ainda escassos para as exigências de uma agência

fornecedora de serviços temáticos –, a criação de assessorias diocesanas para a comunicação, o desenvolvimento do anuário católico – importante ferramenta para os jornalistas – ou a adaptação tecnológica. Mas estas são opções que se entendem mais como imposição das circunstâncias – a comunicação da Santa Sé tem sido uma referência – do que como resultado das inúmeras e longas conversas nos referidos encontros anuais, para os quais já foram convidados jornalistas de órgãos de comunicação social não-profissionais.

Estes encontros, que, entretanto, foram perdendo a vocação de fronteira para se focarem mais na comunicação interna, conseguiam, ainda assim, concretizar um dos objetivos iniciais: pôr jornalistas a falar com a hierarquia e a hierarquia a ouvir os jornalistas. Quebraram-se alguns preconceitos e colocou-se a questão no devido patamar das relações humanas. O drama é maior quando responsáveis eclesiais entendem a comunicação com os jornalistas como um empecilho que tem de ser suportado em nome da “missão” e não como um processo inevitável, feito de e com pessoas, que exige transparência e respeito mútuos.

2. Nos últimos anos, estes encontros chamaram à reflexão especialistas de *marketing* e organização de eventos, *youtubers* e outros atores emergentes na comunicação digital. Embora reconhecendo a importância destas dinâmicas comunicacionais, a essência racional da comunicação social – a mediação jornalística – não pode deixar de ser prioritária. É precisamente na mediação jornalística que a Igreja – que não é uma *marca* ou uma empresa para estratégias de *marketing*, apesar de poder usar estes instrumentos – tem revelado fragilidades. Não é um problema de *marketing*, *media training* ou de mera “imagem” e desempenho técnico, mas de transparência, linguagem e relação com a realidade jornalística. Ou seja, é um problema de conteúdo. Em muitas dimensões, a mensagem da Igreja sobrevive num estranho e indecifrável comprimento de onda. Se há temas em que não é possível sintonizar as doutrinas com a prática geral na sociedade, sobram abordagens nas quais a Igreja podia e devia ter uma palavra assertiva e dianteira. Não se trata apenas de ouvir este ou aquele bispo a fazer denúncias – os agitadores são muito apreciados mediaticamente... –, mas de assumir que a Igreja (tome-se, como exemplo, o pensamento social cristão) carece de anunciadores e da perspicácia da intervenção social, sob risco de perder respeito e relevância. Evidentemente, só tem legitimidade para pedir contas quem presta contas.

3. Há que perceber o que está em causa: estamos diante de mundos com interesses distintos. A instituição Igreja apresenta-se como baluarte moral, com impacto social e político, sem conseguir evitar retratos de profundas incoerências e contradições. O jornalismo rege-se por uma cartilha deontológica, reavalia-se no tempo e na circunstância, incompatível com a falta de transparência, não estando, igualmente, isento de desvios. A instituição Igreja reivindica uma Verdade construtora de uma ética só visível no comportamento dos que se dizem crentes. As únicas verdades que o jornalismo procura são as factuais e contextualizadas, o que, no tempo atual, amplia a importância da imagem e da emoção.

As estruturas religiosas, como outras, são cada vez mais escrutinadas e tendem a ser tratadas pelos aspetos incidentais e emotivos – as devoções quentes, como Fátima, a emoção dos crentes, o que diz o Papa ou outros líderes religiosos com relevância política, abusos sexuais, temas de fratura social e cultural... –, obrigando a uma simplificação ou banalização narrativa que pode empobrecer o fenómeno religioso e o distancia, até, de novas e crescentes experiências espirituais, mais individuais e discretas, *desinstitucionalizadas*, com ambientes e estilos de vida multifacetados, metamorfoses culturais que acabam por assegurar novas convivências e alargar o espectro da experiência religiosa.

4. É evidente que a falta de sintonia se deve também à incapacidade de as redações garantirem jornalismo especializado nos temas religiosos. O desconhecimento das linguagens, da história e das características das estruturas religiosas ou do fenómeno religioso ergue barreiras intransponíveis de incompreensão. A consequência é a desvalorização de outros aspetos relevantes da experiência religiosa. A religião é remetida para os últimos planos das prioridades editoriais. Os poucos jornalistas que se empenham no assunto enfrentam esse preconceito nas redações. Seria importante que as estruturas religiosas entendessem esta situação, até para balizarem expectativas e redefinirem estratégias, colocando a experiência religiosa noutra patamar de interesse editorial. Isto leva-nos a outro equívoco: a ideia de que há um “jornalismo religioso”. Como acontece com outras áreas editoriais, não há um “jornalismo religioso”, há jornalistas que acompanham o fenómeno e a vida das instituições religiosas.

As ferramentas jornalísticas podem estar ao serviço de um qualquer proselitismo, mas o exercício jornalístico não é compatível com proselitismo ou qualquer outro interesse que contrarie os preceitos deontológicos.

A Igreja tem utilizado os meios adequados para estar em quase todas as frentes da comunicação, mas a utilização destes numa perspectiva meramente instrumental não será a melhor forma de comunicar no mundo secularizado. Se a velocidade da comunicação não aceita demoras ou hesitações, exigindo a disponibilidade dos responsáveis, o risco de confundir comunicação com propaganda e *marketing* é maior. Não há fórmulas exatas, mas percebe-se que a Igreja tem de ir mais longe na comunicação, sem prejuízo de repensar e até solidificar os seus meios próprios.

5. O escândalo de abusos sexuais em contexto católico, do qual se conhece apenas a ponta de um *iceberg* em Portugal, é simultaneamente uma consequência e uma prova de fogo, porque, como era expectável, abre mais feridas, exigindo clarividência e frontalidade. Durante muito tempo, demasiado tempo, parte do episcopado desvalorizou o problema alegando que seria estatisticamente insignificante. Os primeiros dados da Comissão Independente estão aí, a revelar o contrário. Ao “poder” eclesial que permitiu a humilhação, devia corresponder agora o “poder” da humildade e do serviço à verdade.

Joaquim Franco é jornalista da TVI; trabalhou, entre outros média, na SIC durante 20 anos, acompanhando em ambas as estações televisivas a informação sobre o fenómeno religioso.

RTP

Catarina Cadavez

13

**Uma Igreja
mais
colaboradora
será mais eficaz**

01 Junho 2022

60



Foto: Direitos reservados

Cheguei à Madeira em janeiro de 2009. Encontrei um arquipélago de profunda devoção, com tradições próprias e únicas no país, com múltiplas celebrações religiosas.

No momento em que iniciei o meu percurso na RTP Madeira, comecei logo a ouvir relatos sobre situações antigas, outras mais recentes, de casos de abuso sexual encobertos durante muitos anos, que culminaram com a deslocação de padres para lugares desconhecidos.

As histórias eram muitas, sobre as vítimas de pedofilia. Por estas viverem numa situação de pobreza extrema, tinham caído num destino impossível de contornar. Nunca percebi que tivesse havido uma confirmação nem um desmentido, um pedido de desculpas ou uma tentativa de esclarecer a verdade. Eram tudo boatos, contados informalmente, quase em surdina porque também a comunidade de crentes sentia vergonha duma Igreja com tais atos que só podiam ser repudiados. Não era essa a Igreja em que acreditavam e alimentava a sua fé. →

Durante os quase dez anos em que vivi na Região Autónoma surgiram outros casos, limitados a denúncias; porém, nunca se conheceram conclusões dos factos que soavam. Não ouvi alguma vez uma palavra pública que tranquilizasse as famílias e a população atingida pelos factos. A condenação só existiu na constatação dos males, pelo público.

Pedi transferência para a RTP em Lisboa. Estando na editoria Sociedade, continuei a tratar estes temas e aqui verifiquei a mesma realidade. O conhecimento da verdade é difícil quando as perguntas são incómodas ou as matérias polémicas.

Como jornalistas, constantemente procuramos respostas. A Igreja Católica fala de abertura, mas a sua intenção termina muitas vezes nos documentos oficiais, isto é, na abordagem teórica ao assunto. Dificilmente ouvimos explicações diretas, os telefonemas não são atendidos, os *emails* ficam por responder.

Questiono: se nada existe para esconder, porque no concreto se reduzem a tamanho silêncio?

Será assim tão estranho para a sociedade atual conhecer a realidade?

Do passado, sabemos que a Igreja foi construída, ao longo de 20 séculos, por homens e mulheres com virtudes e defeitos. Do conjunto resultou para a história um legado imperfeito, mas onde os traços positivos se relevam. Basta pensar no socorro em situações de pobreza, de marginalidade, de ignorância, através da compaixão pessoal e sobretudo através de tantas instituições conduzidas por pessoas abnegadas que colocaram o bem dos outros algumas vezes acima do seu próprio bem.

Não há razões, em meu entender, para o medo de a Igreja de hoje se apresentar ao público tal como é. Os factos isolados, mesmo que cruéis, que nela possam existir, não se redimem escondidos debaixo do tapete, mas sim na atitude humilde e pela reparação das injustiças que possam ter sido infligidas. Senão crescerá desconfiança e desprezo.

Uma Igreja mais colaboradora com o jornalismo poderá tornar mais eficazes os seus ideais de eliminação de desigualdades, justiça, paz e liberdade para o bem-estar social da humanidade.

Não são estas as verdadeiras raízes do cristianismo?

“Não há razões para o medo de a Igreja de hoje se apresentar ao público tal como é.”

Mais a mais, uma carta pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa reconhece o papel da comunicação social:

“Outro dever da *comunicação social* é *servir o bem comum* e o bem das pessoas sobretudo as mais fragilizadas no exercício dos seus direitos, nas suas condições de vida, no seu estado de espírito ou na estima geral, emprestando voz àqueles que não se fazem ouvir.

O mal também pode e muitas vezes deve ser tratado pela comunicação social, mas de forma que surja na mentalidade do público como reprovável e detestado.”

Pergunto: como pode fazê-lo quando se lhe não viabiliza por inteiro o acesso ao conhecimento da realidade?

Lembro a mensagem do Papa Francisco na Mensagem para o Dia Mundial das Comunicações Sociais de 2022, referindo a importância da escuta que deve vir do coração. Neste sentido: porque é que a Igreja Católica só é referenciada nos órgãos de comunicação social quando há um “escândalo”?

Continuando hoje a ser uma instituição tão relevante em todo o mundo, fazendo uma diferença abissal nas vidas de milhões de pessoas, protagonista nos últimos dois mil anos de história, fiel depositária do nosso património e memória com tantos seres humanos que lhe dedicam o tempo e a vida, será que nós, profissionais da comunicação, perdemos também a capacidade de a ouvir e lhe dar o devido destaque?

Para os jornalistas, mas também para a Igreja Católica, poderá ser necessária mais formação, maior sensibilização, menos preconceito.

Jesus Cristo enviou discípulos destemidos pelo mundo para anunciar o Evangelho, o maior exemplo de comunicação da história. Um legado que tem de perdurar.

Muitos de nós precisamos de nos rever à luz daquela mensagem.

Coragem!

Catarina Cadavez é jornalista da RTP, onde tem tratado temas religiosos e sobre o catolicismo.

Ricardo Perna

14

**Faz-se caminho
andando... e,
devagarinho,
a Igreja está a andar**

02 Junho 2022

64



Foto: Direitos reservados

Há dias pediram-me que falasse sobre jornalismo e a importância do trabalho em conjunto de Igreja e comunicação social, com alguns seminaristas que se preparam para a ordenação. Repito aqui o que lhes disse lá, não como jornalista, mas como crente: a comunicação social é um tremendo veículo de evangelização do povo, em especial daquele que se encontra mais afastado da comunidade, da eucaristia, mas também de quem está perto e quer conhecer mais e melhor sobre a realidade da fé que professa. É que a fé não é só um conjunto de ensinamentos passados e práticas devocionais, precisa de estar enraizada no dia a dia, na prática da santidade. E saber que isso está a acontecer pode ser feito através dos meios de comunicação social.

Em 2019, o Papa Francisco chamou ao Vaticano os presidentes das conferências episcopais de todo o mundo para refletirem sobre a realidade dos abusos sexuais e da proteção de menores na Igreja. Uma das oradoras foi uma jornalista mexicana com acreditação permanente no Vaticano, Valentina Alazraki, que colocou as coisas em termos muito claros: “Se vocês forem contra quem abusa e quem encobre os abusos, então estamos do mesmo lado. Podemos ser aliados, não inimigos. Vamos ajudar-vos a encontrar

as maçãs podres e a ultrapassar as resistências para os conseguirmos separar dos sacerdotes que são saudáveis. Mas se vocês não decidirem, de forma radical, estar do lado das crianças, mães, famílias, sociedade civil, vocês fazem bem em temer-nos, porque nós, jornalistas, que procuramos o bem comum, vamos ser os vossos piores inimigos.” E isto serve não só para o tema dos abusos, mas para todas as áreas.

A história da relação entre jornalismo e Igreja tem sempre dois lados. De um, há uma falha tremenda na noção da importância do jornalismo para o espalhar da Palavra e alguma sobrançeria em achar que os jornalistas devem estar sempre disponíveis para ouvirem as histórias que a Igreja tem para contar, mas a Igreja deve escolher quando estar disponível para os esclarecimentos que os jornalistas quiserem pedir sobre este ou aquele assunto, em especial os mais incômodos. Ouve-se dizer, amiúde, que os jornalistas deveriam “respeitar” a Igreja, esquecendo que, em muitos casos, foram os próprios membros da Igreja que a desrespeitaram e os jornalistas são apenas o veículo que denuncia e expõe essas traições.

Do outro lado, o jornalismo tem uma tendência fatal, que é exponenciada nesta época de imediatismo e mundo digital, que é o de procurar o escândalo, o *voyeurismo*, o *clickbait*, não compreendendo que, se a Igreja tem vários escândalos nos quais está envolvida, há muito mais histórias bonitas, positivas, de transformação do mundo nas quais também a Igreja está envolvida, e que poderiam (deveriam, arrisco dizer) ser também contadas com a mesma paixão com que se corre atrás dos escândalos.

Em França, 3% do clero dos últimos 50 anos abusou de menores. O caso é grave, horrível, tem de ser exposto, denunciado, eles e os encobridores, e não deixar pedra por revolver neste drama inenarrável. Mas há 97% de sacerdotes que não são abusadores, que têm projetos de desenvolvimento social, apoio sociocaritativo, ajudam a formar líderes, a construir comunidades em torno da paz e não dos conflitos, a formar jovens que atingem a excelência... e esses também merecem que as suas histórias sejam contadas, com destaque, com alegria e com esperança. Porque se nos ficamos pela pequena minoria que está “podre”, não prestamos serviço nem à verdade que dizemos procurar, nem aos leitores que dizemos respeitar.

O jornalismo molda a construção da sociedade, e não é nada bom quando olhamos para telejornais, *sites*, jornais e vemos muita desgraça e pouca graça. Não é critério jornalístico que as desgraças sejam mais importantes que as boas notícias: é critério económico. E se deixarmos que o jornalismo se guie apenas por critérios económicos, teremos em breve um país sem jornalismo, mas cheio de blogues e páginas de desinformação, imensos cliques e visualizações. Não acho que se deva ignorar os problemas, fraudes, escândalos... deve-se conseguir, no entanto, procurar com a mesma avidez notícias boas, o que nem sempre é fácil, principalmente quando as chefias de redação não entusiasmam nesse sentido e até pressionam para que se procure mais essa desgraça.

Depois, é preciso saber do que se fala, e muitas vezes a Igreja é tratada em notícias por jornalistas que não conhecem a realidade, com editores que não sabem como corrigi-los, o que dá origem a gafes e gralhas que não seriam toleradas noutras áreas da socieda-

“Não há que ter medo das perguntas, há que estar preparados para saber respondê-las.”

de, mas aqui passam despercebidas. O jornalista será criticado se referir que um jogo de futebol é composto por três partes de 30 minutos, em vez de duas partes de 45 minutos, mas ninguém se apercebe, ou corrige, se ele disser que o padre casou a Antónia e o Joaquim, em vez de dizer que abençoou a cerimónia – pois o sacramento do matrimónio é celebrado pelos noivos, são eles que se casam, o ministro da celebração é testemunha e dá a bênção da Igreja à união.

Há aqui um caminho que precisa de ser feito de ambos os lados. A Igreja tem feito essa reflexão e algumas dioceses e santuários estão extremamente bem organizados para dar resposta e possibilitar que os jornalistas possam estar e fazer o seu trabalho com liberdade e rigor. E quando isso acontece, os jornalistas estão presentes. Estiveram 200 jornalistas acreditados para o último 13 de maio no Santuário de Fátima, só para dar um exemplo.

Mas é um caminho lento, que ainda não atinge todas as dioceses, algumas das quais hesitam sequer em dar um número de contacto de um responsável diocesano para algumas questões sobre algo que é do próprio interesse da diocese divulgar. Não há que ter medo das perguntas, das questões, há que estar preparados para saber respondê-las e disponível para esse caminho em conjunto, pois a Igreja só tem a ganhar com esta relação naquele que é o seu principal objetivo: espalhar a Boa Nova.

Uma última reflexão sobre a realidade dos órgãos de informação religiosa. Podendo ser aqueles que melhor informação dispõem e mais conhecimentos práticos tenham sobre a realidade religiosa e a sua especificidade, são também aqueles que muitas vezes sofrem mais na pele as pressões da hierarquia, a falta de investimento, os poucos recursos... Faz-se muito bom jornalismo dentro dos órgãos de informação religiosa, procura-se a boa notícia, sem deixar de falar nas maças podres que se encontram neste e naquele ramo das árvores eclesiais. Quão bom seria se a Igreja compreendesse e desse mais relevo e meios a este trabalho tão essencial para o seu ministério... Desde logo, que o reconhecesse com a relevância que ele merece.

Ricardo Perna é jornalista da Família Cristã e tem acreditação permanente na Sala de Imprensa da Santa Sé.

Renascença

**Ana Catarina
André**

15

**A missão
de uns
e de outros**

03 Junho 2022

68



Foto: Direitos reservados

Há uma questão fundamental que, por vezes, me parece estranhamente esquecida ou pouco considerada, quando se fala na relação entre a Igreja e os média. Uma pergunta que a um olhar mais atento se torna evidente, mas que na voracidade do quotidiano aparenta escapar: Qual é a função do jornalista? Que missão tem? Faz perguntas porquê e para quê?

Recordo muitas vezes as palavras de Nelson Traquina, um dos mais conceituados professores de jornalismo da Universidade Nova de Lisboa, onde estudei, um homem que marcou várias gerações de profissionais. Dizia ele que “os jornalistas são uma comunidade interpretativa”, com uma competência específica: a de informar a sociedade. Uma missão que implica questionar, cruzar informação, considerar e ouvir os diferentes intervenientes, esclarecer dúvidas, perceber o contexto e a linguagem para que leitores e ouvintes possam estar informados, exercendo de forma mais esclarecida a cidadania.

Não se trata aqui de uma cruzada – não me revejo num jornalismo que, utilizando muitas vezes argumentos falaciosos, explora a vida privada, descarta a contextualização,

incute no leitor/ouvinte percepções erradas sem sustentação fatural, e não procura o contraditório. Não, não me refiro a esse tipo de abordagem, mas a um trabalho sério que grande parte dos jornalistas que conheço procura fazer todos os dias, com a dificuldade acrescida de as redações estarem cada vez mais pequenas e os cidadãos se confrontarem com uma panóplia de conteúdos de origem duvidosa que facilmente são confundidos com notícias, sobretudo no mundo digital.

Os jornalistas fazem perguntas para informar, fazem perguntas não para levantar suspeitas, mas para clarificar. E é à luz desta missão primordial, essencial à democracia, que o tratamento jornalístico da temática religiosa naturalmente se deve enquadrar. Um questionamento que, **como sublinha o Papa Francisco**, implica escuta: “Para narrar um acontecimento ou descrever uma realidade numa reportagem, é essencial ter sabido escutar, prontos mesmo a mudar de ideia, a modificar as próprias hipóteses iniciais.”

Para que este exercício de escuta possa, de facto, ocorrer, é preciso que a própria Igreja esteja disponível a colaborar, dando-se a conhecer, estando disponível para o diálogo. É certo que a Igreja, sendo tão heterogénea, tem reagido, ao longo dos anos, de maneiras distintas às solicitações do mundo mediático, mas há ainda um caminho a percorrer, sobretudo no que diz respeito à profissionalização daqueles que interagem com a imprensa. Perceber que o tempo dos jornalistas implica maior agilidade nas respostas, que é necessário desconstruir conceitos, muitas vezes também eles pouco conhecidos

“Perceber que o tempo dos jornalistas implica maior agilidade nas respostas, que é necessário desconstruir conceitos, é cada vez mais importante.”

pelas comunidades eclesiais, é cada vez mais importante. Por outro lado, sendo fundamental que a Igreja compreenda a função do jornalista, cabe também ao jornalista perceber a missão da Igreja, conhecer a sua linguagem e história para a poder contar. Um desafio exigente que implica a tal disponibilidade para a escuta de que fala o Papa: “A boa comunicação não procura prender a atenção do público com a piada foleira visando ridicularizar o interlocutor, mas presta atenção às razões do outro e procura fazer compreender a complexidade da realidade.”

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/20220124-messaggio-comunicazioni-sociali.html>

Além deste olhar atento e deste espírito inquieto que é pedido a cada jornalista, é preciso também investir na sua formação.

Será, então, que a missão de uns e outros, ou seja, de jornalistas e membros da Igreja é assim tão antagónica, como por vezes aparenta ser pela forma como, por vezes, a imprensa é descrita e até repelida? Não me parece. O que é fundamental é que cada um desempenhe da melhor maneira a sua função, conhecendo também a missão do outro. Isso sim.

Ana Catarina André é jornalista da Rádio Renascença e tem feito vários trabalhos na área da informação religiosa.

Henrique Matos

16

**“Escutar com
o ouvido
do coração”**

04 Junho 2022

72



Foto: Direitos reservados

No ano passado, o Papa pediu-nos para “ir e ver”. Desafiava os jornalistas a gastar a “sola dos sapatos”, a sair das redações para no terreno, observar e cheirar os acontecimentos. Só assim, para Francisco, era possível absorver a essência da realidade para depois a relatar de forma autêntica.

Desta vez, a propósito de mais um Dia Mundial das Comunicações Sociais, o Papa eleva a fasquia, e propõe “escutar com o ouvido do coração”.

O jornalismo, a formação mais elementar dos profissionais, promove a isenção, o distanciamento que evita tomar partido, a recusa de tudo o que é “paixão” que possa inquinhar o processo de recolha dos factos. Nada mais certo e necessário; porém, o Papa coloca desta vez o coração no processo, e este, é habitualmente conjugado com a paixão e a emoção.

A abordagem não é teórica e adquire para mim um interesse particular. Há algumas décadas que trabalho em órgãos de informação ligados à Igreja Católica. Sou jornalista pelo que faço e no rigor que procuro para o meu trabalho, mas sei que piso terrenos onde os factos são sempre mais do que simples acontecimentos. Traduzir em televisão,

“Espera-se que o espírito sinodal da escuta e da partilha inspire também a relação com os jornalistas.”

na rádio ou na escrita o fenômeno religioso, a forma como as pessoas vivem e expressam a fé é desafiante e, para ser sério, requer sensibilidade.

Percebi que essa “sensibilidade”, essa chave de leitura, é o tema que o Papa nos propõe. Como ele escreve, não devemos pôr o coração no ouvido, mas sim, escutar com o ouvido do coração. E isto não é tomar partido, não é transformar a profissão em apostolado, é ser rigoroso perante o que acontece à nossa frente. Um rigor que sabe ler além das evidências e tenta alcançar o que brota de regiões íntimas e profundas de cada um, a fé.

E como em qualquer setor de atividade, também no jornalismo existem doenças profissionais. A “surdez do coração” que o Papa refere, será talvez uma das formas mais graves. Reconheço que os anos que se levam a narrar acontecimentos, as caras que já se conhecem há muito, a instituição que já não nos surpreende, a rotina que todos os anos nos faz regressar aos mesmos lugares, podem representar fatores de risco a que devemos estar atentos. Essa “surdez” é também o preconceito que podemos carregar, a tentação de interpretar a realidade pelo prisma de uma Igreja que desejamos “à nossa maneira”, a ausência da liberdade que nos possibilita a surpresa.

Mas o desafio do Papa é mais abrangente e a própria Igreja é alcançada por esta interpelação da escuta. Francisco recorre ao teólogo protestante Dietrich Bonhöffer para recuperar a citação: “Devemos escutar através do ouvido de Deus, se queremos poder falar através da sua Palavra.”

O exercício da escuta e da humildade será determinante para uma Igreja que quer comunicar com o mundo através de um diálogo que passa também pela relação com os média.

Pede-se uma Igreja mais aberta e sem receio de assumir fragilidades; será assim também mais genuína e credível.

Espera-se que o espírito sinodal da escuta e da partilha inspire também a relação com os jornalistas. As suas questões e insistências não são simples ataques ou má vontade, são também os questionamentos e as interpelações dos homens e mulheres do nosso tempo.

Henrique Matos é jornalista da agência Ecclesia, onde acompanha a informação sobre a Igreja Católica.

Pode também ler o Caderno **7MARGENS**
sobre o Sínodo, nesta mesma Plataforma em:

<https://heyzine.com/flip-book/d6f2ecff6f.html>

Sobre o Sínodo dos Bispos 2021-2023 editámos muitos outros artigos de opinião, editoriais, comentários e notícias (<https://setemargens.com/sinodo-da-igreja-catolica-2021-23/>). Neste dossier decidimos, contudo, cingir-nos apenas àqueles textos diretamente relacionados com os dois inquéritos lançados pelo jornal entre o final do verão e o início do outono de 2021.



Ecclesia

Paulo Rocha

17

**Religiões
em diálogo
nos média há 25 anos**

05 Junho 2022

76



Foto: Direitos reservados

Há um projeto na televisão e na rádio em Portugal que não figura entre “os mais vistos” e raramente alimenta comentários emotivos nas redes sociais ou grupos de discussão “digital”. Mas, acredito, tem um papel principal na cultura de diálogo inter-religioso e na promoção do conhecimento do diferente, também em contexto crente. O programa “A Fé dos Homens” está em antena há 25 anos e, no contexto do Dia Mundial das Comunicações Sociais deste ano, é oportuno evocar.

Foi no dia 16 de maio de 1997 que se selou um acordo entre 13 confissões religiosas e a RTP. O dia celebrou um diálogo entre comunidades e o operador de serviço público de rádio e televisão, onde deixaram a sua assinatura representantes da Aliança Evangélica Portuguesa, Comunidade Bahá’í de Portugal, Comunidade Hindu de Portugal, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Israelita de Portugal, Igreja Apostólica Católica Ortodoxa, Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia, Conselho Português de Igrejas Cristãs, Igreja Católica Ortodoxa, Igreja da Ciência Cristã e Igreja Velho Católica. Quatro meses depois, a meio do mês de setembro de 1997, iniciavam as emissões do

programa “A Fé dos Homens” na RTP2, de segunda a sexta-feira, pelas 18h30. Bastante tempo depois, no dia 1 de setembro de 2009, o projeto chegava à Antena 1, com o mesmo nome.

O que se vê e ouve em antena, tanto no operador de serviço público de rádio como de televisão, é uma parte do alcance deste projeto. De facto, antes das emissões, foi necessário fomentar uma aproximação entre diferentes confissões e comunidades religiosas para construir um projeto em conjunto, desde os seus fundamentos, no planeamento e depois na sua implementação, ao longo destes 25 anos: porque o diálogo com a RTP é permanente, a participação de confissões e comunidades religiosas vai sofrendo alterações e as adequações da produção aos recursos disponíveis um constante desafio. E tudo isto é tratado em conjunto, em diálogo.

O projeto nasceu com homens e mulheres que, antes de tudo, cultivaram amizades autênticas. António Rego, Dias Bravo, Mário Mota Marques, Esther Mucznik, Mohamed Abed são alguns dos protagonistas de uma nova era no diálogo entre confissões religiosas, que a comunicação social ajudou a consolidar. Diálogo que acontecia tanto nas emissões de cada programa, como nos encontros de planificação conjunta, que eram também uma ocasião de partilha de tradições, religiosas ou gastronómicas. Nessas décadas iniciais, como nas atuais...

Os 25 anos de emissão coincidem com uma proposta de alteração de grelha na Antena 1: toda a programação da rádio foi alterada, o que implicou adequar também, o formato de “A Fé dos Homens” à nova lógica implementada pela estação de serviço público. Diante desse desafio, as confissões religiosas quiseram dar mais um sinal de que o projeto é de diálogo efetivo entre as confissões participantes. E surgiu a ideia de, para além de coexistirem lado a lado nas emissões de rádio, criarem um espaço de diálogo efetivo, sobre temas que a todas interessam. Assim, o programa da primeira quinta-feira de cada mês não se reparte entre várias confissões religiosas, mas é de todas, em diálogo, num encontro permanente em torno de temas que, na inspiração de cada tradição religiosa, se reflete na construção do bem comum. Demos-lhe o nome de “Diálogos” porque se trata, de facto, de diálogo permanente entre mais de uma dezena de comunidades e confissões religiosas. Como toda a comunicação, também a que se ocupa do tema “religião” tem de se recriar em cada tempo com novas estratégias, novos protagonistas e criatividade permanente... Não para construir mensagens por conveniência, mas para descobrir a energia e a surpresa das mensagens que mudaram a humanidade, contando-a através da história de tantas mulheres e tantos homens, em cada geração. E parece-me que este é o propósito principal de todos os projetos mediáticos, adequados a cada tempo, na gramática de cada meio. Depois, o que diz respeito à informação sobre factos que implicam pessoas ou organizações religiosas, sobretudo nas suas lideranças, apenas tem em duas características a possibilidade de sobreviver, não só no ambiente mediático mas sobretudo no religioso: verdade e transparência.

A presença inter-religiosa nos media emergiu naturalmente na história da comunicação social em Portugal, com reflexos naturalmente positivos em toda a sociedade.

“O que diz respeito à informação sobre factos que implicam pessoas ou organizações religiosas, sobretudo nas suas lideranças, apenas tem em duas características a possibilidade de sobreviver, não só no ambiente mediático mas sobretudo no religioso: verdade e transparência.”

Tempos houve em que projetos pessoais ou institucionais na imprensa foram a fórmula para chegar à comunidade, noutros a rádio teve um papel fundamental e tentativas passaram também pela televisão. Projetos que coexistiram e coexistem, sem fechar as dinâmicas da comunicação às vagas que a determinam, em cada tempo, e que mostram criatividade permanente, capacidade de recriar estratégias de comunicação que permitam a inscrição na sociedade e sobretudo chegar a todos os públicos.

Na atualidade, cresce a necessidade de deitar mão a uma nova mediação entre os factos e os leitores/ouvintes/telespectadores, que não passa só pelo jornalismo, mas é muitas vezes confiada a assessorias, com um quadro normativo próprio e que cruza as dinâmicas de comunicação com estatísticas, sondagens ou indicadores comerciais.

Novos desafios que é necessário assumir para a comunicação também do tema “religião”, nomeadamente na Igreja Católica, na evidência de que a narrativa com garantias dadas tem 2000 anos e teve na sua origem mestres da comunicação. Basta seguir o exemplo de quatro autores!

Paulo Rocha é diretor da Agência Ecclesia, onde este texto foi também publicado.

7MARGENS

2

Caderno

A Igreja e os Média



Foto: Direitos reservados